



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA NORMAL SUPERIOR
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

**DA VÁRZEA À TERRA-FIRME: RETERRITORIALIZAÇÃO
CAMPONESA EM IRANDUBA – AM**

ANTONIO GOMES TOMAZ NETO

MANAUS - AM
2019

ANTONIO GOMES TOMAZ NETO

**DA VÁRZEA À TERRA-FIRME: RETERRITORIALIZAÇÃO
CAMPONESA EM IRANDUBA – AM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade do Estado do Amazonas para a obtenção do
título de Licenciado em Geografia

Orientadora: Ana Paulina Aguiar Soares

**MANAUS – AM
2019**

ANTONIO GOMES TOMAZ NETO

**DA VÁRZEA A TERRA-FIRME: RETERRITORIALIZAÇÃO
CAMPONESA EM IRANDUBA – AM**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado á Universidade do Estado do Amazonas
para a obtenção do título de Licenciado em Geografia**

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof.^a Dr.^a Ana Paulina Aguiar Soares

1º Avaliador: Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz

2º Avaliador: Prof.^a Dr.^a Iolanda Aida de Medeiros Campos

Manaus, 11 de dezembro de 2019

Dedico este trabalho às inúmeras famílias de trabalhadores rurais assentados que lutam, tão dignamente, para retirar da terra os meios de sua sobrevivência e à minha mãe “in memoriam” que sempre foi minha inspiração para continuar caminhando mesmo com as tribulações.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a professora Ana Paulina Aguiar Soares, que me orientou desde a minha primeira iniciação científica, e aceitou me ajudar a desenvolver esse trabalho com muita paciência e consideração.

Aos moradores da Comunidade Novo Catalão que me acolheram e permitiram realizar essa pesquisa. Em especial ao Sr. Dilson Lima que desde 2017 vem colaborando com a pesquisa sempre de forma participativa.

Aos amigos do Catalão em geral, grupo que ajudou a esses moradores em sua nova fase, a fim de retribuir as experiências que tiveram na Costa do Catalão.

À professora Selma Paula que vem sendo uma inspiração no âmbito acadêmico desde quando a conheci, desenvolvendo projetos e me ajudando a adquirir novas experiências. Agradecer também ao grupo de pesquisa Expedição Mindu coordenado pela professora Selma (Magnus Magalhaes, Matheus Silveira, Ronisley Martins e Toni Gorgonha).

À família Barbosa que me acolheu quando tive a necessidade de morar em Manaus, e que me ofereceu apoio necessário para continuar estudando.

À minha irmã, minha segunda mãe, passamos por diversos momentos difíceis nesses últimos anos, mas sempre nos apoiamos, sempre buscando forças nas memórias de nossa mãe.

À minha querida namorada, Andria Lopes a qual entrou na jornada acadêmica junto comigo e ao longo desses quatro anos, compartilhamos choros a cada nota baixa e alegrias a cada artigo aprovado. Obrigado por tudo.

Não podendo esquecer os meus queridos amigos que tive o prazer de conhecer na universidade amigos que em momentos de muita pressão conseguiam deixar a situação mais suportável com palavras que ajudavam a manter o foco deixo aqui meu agradecimento especial para Arineia Caldeira, Laura Campos, Abida Smith, Magnus Magalhães, Matheus Silveira, Kamila Albuquerque e Gabriel Hitotuzi. Pessoas que vou levar comigo pelo resto da minha vida.

E por fim, agradecer a Universidade do Estado do Amazonas pelas grandes oportunidades oferecidas a um rapaz latino americano vindo do interior.

*“Eu sou apenas um rapaz latino-americano
Sem dinheiro no banco sem parentes
Importante e vindo do interior
Mas trago de cabeça uma canção do rádio
Em que um antigo compositor baiano me dizia
Tudo é divino tudo é maravilhoso”*

- Apenas um Rapaz Latino Americano -
Antônio Carlos Belchior

RESUMO

O presente trabalho apresenta um estudo sobre o processo de desterritorialização da comunidade ribeirinha Costa do Catalão do Município de Iranduba posteriormente a Reterritorialização dessa comunidade em ambiente de terra firme no assentamento “Novo Catalão”. Enfatizando os fatores naturais e antrópicos que influenciaram na saída desses ribeirinhos para a terra firme, o processo de transição para o assentamento e como esta sendo o processo de adaptação ao novo ambiente, físico e social o qual esse sujeito esta inserido. Do ponto de vista do método, nesse trabalho se faz uso de duas abordagens metodológicas o fenomenológico-hermenêutico e o histórico crítico dialético. Como objetivos analisar o processo de reterritorialização dos camponeses ribeirinhos em terra firme e destacar os fatores que influenciam o processo de desterritorialização dos moradores da Comunidade Costa do Catalão para o assentamento e apresentar de forma estruturada o período de transição para a terra firme. Essa adaptação pode variar de agricultor para agricultor, mas é certo que atualmente existe uma segurança maior em relação aos riscos naturais e possuem a possibilidade de produzir durante todo o ano, enquanto na várzea, só era possível no período de vazante e seca. Constata-se, ademais, que além de continuarem sendo camponeses como antes na Comunidade ribeirinha da Costa do Catalão, convivem entre si de forma amigável e afetuosamente mantendo os mesmos laços comunitários.

Palavras-Chave: Ribeirinho. Comunidades. Agricultura. Costa do Catalão. Assentamento.

ABSTRACT

The present work presents a study about the process of deterritorialization of the Costa Catalão ribeirinha community of the municipality of Iranduba after the territorialization of this community in a terra firme environment in the “Novo Catalão” settlement. Emphasizing the natural and anthropic factors that influenced the departure of these streams to the mainland, the process of transition to settlement and how this is the process of adaptation to the new environment, physical and social to which this subject is inserted. From the point of view of the method, this work makes use of two methodological approaches the phenomenological-hermeneutic and the critical dialectical history. The objectives are to analyze the process of reterritorialization of the riverside peasants on land and highlight the factors that influence the process of deterritorialization of the residents of the Costa do Catalão Community to the settlement and to present in a structured way the transition period to the mainland. This adaptation may vary from farmer to farmer, but it is true that there is now greater safety in relation to natural hazards and they have the possibility to produce all year round, while in the floodplain it was only possible during the ebb and dry season. Moreover, in addition to remaining peasants as before in the ribeirinha community of the Costa do Catalão, they live in a friendly and affectionate way, maintaining the same community ties.

Keywords: Ribeirinho. Communities Agriculture. Costa do Catalão. Settlement

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema metodológico	23
Figura 2 - Esquema de Procedimentos.....	25
Figura 3 - Área de estudo.....	27
Figuras 4 A e B – Times locais da Comunidade.....	30
Figura 5 – Espaço de social interesse (2005).....	31
Figura 6 – Espaço de social interesse (2009).....	32
Figura 7 - Calendário da várzea	33
Figura 8 - Terras Caídas.....	34
Figuras 9 A, B, C e D - Casas destruídas pelo fenômeno de terras caídas	35
Figura 10 - Plantações perdidas	36
Figura 11 - Destinos dos moradores do Catalão	38
Figuras 12 - A e B- Desmanche das casas	41
Figura 13 - Barco naufragado	42
Figuras 14 A, B e C - Transporte nas balsas.....	43
Figuras 15 A e B - Construções das casas em mutirões.....	44
Figura 16 - Mapa do loteamento organizado pelo INCRA.....	45
Figura 17 - Área total do lote	46
Figura 18 - Área suprimida	46
Figura 19 - Eletrificação Rural.....	47
Figura 20 - Entrega das caixas d'água.....	48
Figuras 21 A e B - Plantio de hortaliças no Novo Catalão	48
Figuras 22 A, B e C - Preparação da colheita para o transporte	50
Figura 23 - Mapa elaborado pelos moradores da comunidade da Cachoeira Castanho	52

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 O ribeirinho	12
2.2 As dinâmicas fluviais	14
2.3 Desterritorialização e Reterritorialização	18
3 METODOLOGIA.....	21
3.1 Abordagens metodológicas	21
3.2 Procedimentos	23
3.3 Área de estudo.....	26
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	28
4.1 A Costa do Catalão.....	28
4.2 A Influência da natureza	31
4.3 Reterritorialização na Terra Firme	39
4.4 Ramal da Cachoeira do Castanho	51
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS	56
APÊNDICE I.....	60

1 INTRODUÇÃO

Os ribeirinhos são considerados populações tradicionais que residem nas proximidades dos rios e vivem na relação com a terra, o rio e a floresta, praticando além da agricultura, a pesca artesanal, a caça e do extrativismo de subsistência. Por conta dos aspectos geográficos do país, é na Amazônia que está a maior parte dessa população.

Essas populações possuem uma ligação intrínseca com a dinâmica dos rios. Essa dinâmica vai além da seca, enchente, cheia e vazante. Existe todo um processo de erosão e deposição nas margens dos rios de água barrentas (Rio Solimões e Rio Amazonas), dentro desse processo existe um fenômeno regionalmente conhecido como “Terras Caídas”.

“Terras Caídas” é um fenômeno que ocorre nas planícies de inundação amazônicas conhecidas como Várzea, ou seja, é a erosão fluvial ou movimento de massa, que atua nas margens dos rios de águas brancas ou barrentas como no rio Amazonas e Rio Solimões, pois ocorre devido à ação de vários fatores naturais. O processo de erosão lateral causa diversas implicações nas comunidades ribeirinhas sejam elas sociais ou econômicas, mas essas implicações são englobadas na cultura do ribeirinho que já possui certa compreensão desse fenômeno e sabe como conviver com esse constante risco. Na área do baixo Solimões existem diversas comunidades ribeirinhas alocadas em suas margens. A área na margem esquerda abrange os municípios de Manacapuru e Iranduba.

Neste trabalho apresentamos um estudo sobre a comunidade ribeirinha Costa do Catalão que fica localizada no município de Iranduba, mais especificamente na foz do Rio Solimões e a comunidade Nova Catalão, localizada na AM – 070 km 24. O sítio onde a Costa do Catalão está alocada possui uma forma convexa, desse modo o terreno acaba sendo intensamente atingida pelo fenômeno das terras caídas, na foz a velocidade do rio é mais intensa do que no seu curso superior e a forma convexa acaba sendo erodida com mais facilidade. Esse fenômeno natural alavancou uma série de problemas, inclusive a saída de famílias da comunidade para outros locais.

A comunidade Costa do Catalão possui mais de cem anos, desde a chegada dos primeiros moradores a partir de 1917, segundo Lopes (2017). De 150 famílias na década de 1990, em fevereiro de 2018 possuía apenas 30 famílias, e em março de 2019 apenas 5, em outubro de 2019 as últimas famílias deixaram a Costa do Catalão. 56 famílias atualmente estão

morando em um assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em terra firme. Nesse assentamento esses ribeirinhos estão passando por um processo de adaptação e reconstrução de sua identidade.

Nesta monografia apresentamos um breve histórico da comunidade Costa do Catalão, o processo de desterritorialização da várzea e por consequência a reterritorialização em terra firme. Este trabalho tem como objetivo geral analisar o processo de reterritorialização dos camponeses ribeirinhos em terra firme. E específicos, destacar os fatores que influenciam o processo de desterritorialização dos moradores da Comunidade Costa do Catalão para o assentamento; e apresentar de forma estruturada a reterritorialização o período de transição para a terra firme.

Este trabalho está dividido em três capítulos que consistem em um caminhar lógico. Iniciamos com o referencial teórico buscando abrir breves discussões a respeito dos principais temas dessa monografia. O segundo capítulo se trata da metodologia onde apresentamos as abordagens metodológicas e procedimentos metodológicos da pesquisa, e delimitamos as áreas de estudo. No último capítulo, os resultados são apresentados em três etapas: A Costa do Catalão, A Influência da Natureza e a Reterritorialização na Terra Firme.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para uma melhor compreensão dos estudos realizados nessa pesquisa, neste capítulo discutimos os principais conceitos que foram utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, a partir disso dividimos o referencial em três subcapítulos. Cada subcapítulo aborda diferentes conceitos que possuem certas características em comum. O primeiro discute e apresenta o modo de vida ribeirinho e suas ligações com a comunidade, o segundo apresenta as dinâmicas físicas do território dos ribeirinhos, por último abordamos os conceitos de desterritorialização e reterritorialização.

2.1 O ribeirinho

A Amazônia é ocupada por vários grupos e populações tradicionais, constituídas, por vários processos de miscigenação que a região passou. Pode-se afirmar que o homem amazônico é resultado de trocas históricas e culturais entre diferentes povos e etnias. Tal troca viabilizou uma herança que se manifesta de formas socioculturais expressas pelo homem amazônico na vida cotidiana sejam elas nas as relações de trabalho, a educação, a religião, as lendas, os hábitos alimentares e familiares. Dentre os principais agentes sociais que compõem o mosaico amazônico, destacam-se os povos indígenas, as populações ribeirinhas, pescadores, extrativistas e migrantes. De acordo com Lira e Chaves (2016):

As organizações políticas das comunidades tradicionais ribeirinhas são marcadas e orientadas por uma identidade pautada nos valores socioculturais e na dinâmica sócio-histórica da região amazônica. Na base dos conhecimentos das comunidades tradicionais, predominam os saberes herdados das populações indígenas que habitam a região, desde momentos que antecedem ao processo de colonização (LIRA e CHAVES, 2016, p. 72).

Chaves (2001) afirma que os ribeirinhos são uma referência de população tradicional na Amazônia, a iniciar pela forma de comunicação, no uso das representações dos lugares e tempos de suas vidas na relação com a natureza. Para a autora, os agentes sociais identificados como ribeirinhos.

[...] vivem em agrupamentos comunitários com várias famílias, localizados, como o próprio termo sugere, ao longo dos rios e seus tributários (lagos). A localização espacial nas áreas de várzea, nos barrancos, os saberes sócios históricos que determinam o modo de produção singular, o modo de vida no interior das comunidades ribeirinhas, concorrem para a determinação da identidade sociocultural desses atores (CHAVES, 2001, p. 78).

No entanto, essas diversidades que definem os ribeirinhos não podem ser desvinculadas da realidade “globalizada” que rompe os costumes de gerações e “impõe” mudanças de comportamento, consumo, de forma indiscriminada. Neste aspecto é necessário

reafirmar os valores socioculturais, e que as utilizações dos recursos naturais disponíveis possam garantir a sustentabilidade no presente, sem comprometer as gerações futuras.

Compreendemos os ribeirinhos não como sujeitos separados do seu meio, mas como sujeitos intrinsecamente unidos a ele. O ribeirinho não é somente dominador do meio, pois também é influenciado, isto é, o ribeirinho é o sujeito de suas ações, mas ao mesmo tempo estão sujeitos as ações do meio.

Uma característica importante apresentada por Fraxe (2004) é que os caboclos ribeirinhos conhecem o seu habitat, e através desse conhecimento estabelecem uma relação com a natureza, como também no decorrer desse processo constroem vínculos de relacionamentos formando os grupos sociais.

Cruz (2007) considera a reprodução espacial ribeirinha como campesinato atribuindo a nomenclatura de Camponês-ribeirinho, definindo a relação do camponês com a água, uma relação harmônica de troca. Essa relação é posta nas palavras de Cruz (2007):

A relação do camponês-ribeirinho com a água (lago/rio) se dá no sentido ao qual se refere Woortmann (1990) com relação à terra, ou seja, corresponde uma relação de troca recíproca, na qual o trabalho fecunda à água e reproduz vida. Essa fecundação ocorre efetivamente a partir do momento do início da preparação da terra para a pesca. Em seguida, é necessário esperar a próxima enchente/cheia para que a água possa nas palavras dos moradores “ajudar a preparar a terra”. Na sequência, quando ocorre o recuo das águas, os caboclos ribeirinhos terminam de preparar a terra para prática pesqueira. Portanto, somente no segundo ano, que corresponde à segunda enchente/cheia, é que os caboclos irão praticar a pesca do lanço. (CRUZ 2007, p. 218)

O ribeirinho ao cultivar seu plantio na várzea, ele está se preparando para passar um período de fartura e fertilidade, ao esperar pelos meses de cheia ele está mantendo uma relação de dependência das águas. Segundo Bottomore (1988 apud Fraxe, 2000) campesinato “É um termo que geralmente designa o conjunto daqueles que trabalham na terra e possuem seus meios de produção: as ferramentas e a própria terra”.

Segundo Shanin (1979), o campesinato é ao mesmo tempo uma classe e um modo de vida e esta dualidade nos tem conduzido historicamente a dificuldades conceituais.

A dualidade principal da posição dos camponeses na sociedade consiste em que são, por uma parte, uma classe social (de escasso “caráter de classe” e em geral dominada pelas demais classes) e, por outro, “um mundo diferente”, “uma sociedade em si mesma” muito autossuficiente, que ostenta os elementos de um padrão de relações sociais separado, claro e fechado. (SHANIN, 1979, p. 228¹).

Os ribeirinhos são identificados como um tipo de população tradicional, orientada por valores que regem um modelo de comportamento comunitário dos recursos naturais. A sobrevivência do ribeirinho está ligada intrinsecamente ao rio, criando uma dinâmica que define sua cultura e modo de vida.

2.2 As dinâmicas fluviais

A bacia hidrográfica amazônica possui 6,5 milhões de km², sendo a maior bacia hidrográfica do mundo, além de possuir grande variedade de diversidade mineral e vegetal. Os habitantes das margens desses rios estão historicamente ligados às águas, para subsistência, exploração de recursos ou deslocamento fluvial. Pereira (2007) observa que nas primeiras expedições feitas por Francisco Orellana (1541-1542) notava-se uma grande dependência dos rios para com povos nativos e que, em meados do século XVII, os navegadores já registravam a existência de grandes povoados com “verdadeiras cidades” às margens do Rio Amazonas; falam ainda da “fartura” de alimentos e de uma sofisticada organização político-social. Ou seja, as águas eram extremamente importantes para transporte, produção, caça, dentre outros fatores determinantes para as interações sociais desde os primeiros povos amazônicos.

A bacia hidrográfica do Amazonas possui características variadas com sistemas complexos e independentes, o que mais chama a atenção nesse sistema hídrico são suas diferentes variações nas cores das águas, composta por rios de água preta, rios de água clara e rios de água branca.

¹ Tradução livre deste autor.

O rio Negro é o maior rio de águas pretas do mundo. Os especialistas caracterizam as águas como extremamente ácidas e pobres em nutrientes. As terras que drenam essas águas são de solos muito empobrecidos e lixiviados. De acordo com Junk (1979):

As águas pretas possuem baixa capacidade de produção e condições ecofisiológicas desfavoráveis face ao seu PH muito baixo, à quantidade baixa de sais minerais e, provavelmente, à alta concentração de substâncias húmicas. Com exceção das substâncias húmicas, o mesmo é válido para uma grande parte das águas claras, porém este grupo é muito heterogêneo e pode em parte incluir também águas relativamente ricas em sais minerais, dependendo da geologia das respectivas áreas de captação, as águas pretas e uma parte das águas claras, na sua composição química diferem de todas as águas do mundo, até agora analisadas, sendo elas extremamente pobres em sais minerais. (JUNK, 1979, p. 37).

A cor escura das águas dos rios negros ou pretos, variando do marrom amarelado ao marrom avermelhado, decorre da forte dissolução de substâncias húmicas que provêm do manto de matéria orgânica em decomposição fornecida pela vegetação florestal que se desenvolve nas áreas inundáveis de suas nascentes e margens. As áreas inundáveis destes rios, quando ocupadas por floresta, foram denominados igapós pelos indígenas, e as matas nela existentes, caaigapós (matas alagadas).

Os rios de águas claras de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), (1977) são caracterizados pelo baixo transporte de sedimentos argilosos, os quais se depositam principalmente a jusante das últimas cachoeiras, corredeiras e rápidos por eles vencidos antes de atingirem a planície terciária. Junk (1983 p. 52) descreve como sendo “transparente e cor esverdeadas, transportando poucos materiais em suspensão”, o que define a coloração desse tipo de rios. Carvalho (2006, p. 31) expõe que “a origem desses rios provém dos antiquíssimos maciços do Brasil Central, os quais, em virtude do relevo mais regular, não possuem alta capacidade de erosão”, pois, essa região está compreendida pela vegetação de cerrados, onde os rios carregam poucos materiais em suspensão.

Os rios nomeados de água branca também são conhecidos como rios de águas barrentas, pela quantidade de argila que contém em suspensão. Assim, o barrento Amazonas é regionalmente considerado um rio branco, bem como o turbulento Madeira, o Purus, o Solimões e muitos outros afluentes. Outra característica dos rios brancos, ou de água branca, é a instabilidade dos seus leitos. Esses rios também possuem as propriedades de carregarem sedimentos ricos em minerais que são depositados nas margens de seus rios.

Para que a sobrevivência dos ribeirinhos nas margens dos rios seja possível é necessário que a várzea exista, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), no

Artigo 2º, “c” da Resolução nº 04, de 18 de setembro de 1985, define a várzea como o leito maior sazonal, que significa nos termos do documento: “calha alargada ou maior de um rio, ocupada nos períodos anuais de cheia”. Já o Diário Oficial da União na Normativa Nº 2, Art. 3º De 27 de Julho de 2018 define a várzea como um bem da União.

Os corpos e correntes de água federais, assim como os álveos, leitos fluviais, leitos maiores, planícies aluviais, planícies de inundação, várzeas, várzeas de maré ou qualquer outra designação para as áreas que sofrem alagamento periódico adjacente aos leitos menores ou leitos de vazante dos cursos d'água federais, independentemente de sua navegabilidade e localizadas aquém da faixa de terrenos marginais, ou adjacentes ao mar, que sofrem influência de maré e estão localizadas aquém dos terrenos de marinha. (Art.3º item I. Diário Oficial da União, 2018).

Trazendo para uma discussão mais regional, autores como Cruz (2009) e Sternberg (1998), ressaltam que as várzeas são terras altamente férteis, onde são cultivadas pelos ribeirinhos, culturas de ciclo curto, como cebolinha, coentro, couve, alface, hortaliças em geral. Segundo Lima, Teixeira e Souza (2007, p. 35): “Várzeas predominam solos mais novos, formados a partir de sedimentos quaternários, em alguns casos apenas sedimentos em processo incipiente de pedogênese”. De acordo com Chaves (1990).

Os solos de várzea são inundados periodicamente pelas enchentes anuais e fertilizados pelos sedimentos dos rios barrentos ou de águas claras (rio Amazonas e seus afluentes). A planície de várzea sofre um processo de erosão permanente que produz, em pouco tempo, alterações no quadro ecológico da região (CHAVES 1990, p. 30).

Do ponto de vista pedológico, Araújo e Fonseca (1986) em 86 já discutiam que os solos de várzeas apresentam pouco ou nenhum desenvolvimento do perfil e estão representados pelas ordens dos Neossolos Flúvicos, Gleissolos, Organossolos e Vertissolos, podendo ser eutróficos ou distróficos dependendo de sua localização topográfica e da qualidade das águas e dos sedimentos que os inundam.

A dinâmica natural leva a constantes mudanças na paisagem do Rio Solimões e que ditam o modo de vida do ribeirinho, uma vez que se adaptam a seu ritmo, criando formas de alternativas que os mantêm no local, mostrando assim, uma interação direta entre a natureza e o homem.

Outra parte da Amazônia é formada por florestas de terra firme, que ocupa uma área de aproximadamente 234 milhões de hectares, constituindo a parte mais substancial da região amazônica.

De acordo com Melo (1979) e Thibau, (2000), o ecossistema de terra firme da Amazônia é formado por florestas, que ocupa uma área aproximadamente de 234 milhões de hectares, constituindo a parte mais substancial da região amazônica. Não sofre as inundações periódicas dos rios e apresenta uma alta composição heterogênea e dominância de espécies florestais. Caracteriza-se pela heterogeneidade florística com predominância de espécies agregadas em algumas formações e aleatórias. A terra firme se destaca pela sua vasta área de cobertura vegetal, abrange maior parte da floresta Amazônica, Sioli (1985) define:

Atrás da larga fachada alagável da várzea ergue-se, em geral bruscamente, a terra firme, mais elevada, que não é atingida pelas cheias do rio e também não é constituída por aluviões fluviais recentes. A terra firme delimita o vale do rio Amazonas de ambos os lados, recoberta por quase toda parte pela floresta amazônica, muito além de onde a vista pode alcançar de um avião (SIOLI, 1985, p.27)

Apesar das dificuldades enfrentadas pelo ribeirinho, convivendo durante toda a sua vida, a cada ano com a sazonalidade, ele tem seu modo de viver, de forma paciente acompanha esses processos naturais, pois, a realidade da Amazônia é complexa, onde a paisagem está em constante transformação, à relação do ambiente o lugar onde as pessoas se habituaram a viver de acordo com a subida e descida das águas.

De acordo com a concepção de Carvalho, o fenômeno de terras caídas ocorre em planícies de inundação amazônicas - conhecidas como Várzea-, ou seja, é a erosão fluvial ou o deslocamento de solo que atua nas margens dos rios de águas brancas ou barrentas como no Rio Amazonas e Rio Solimões, pois, esse fenômeno ocorre devido à ação de vários fatores naturais. Carvalho (2006) argumenta que:

Terras Caídas é um termo regional amazônico usado principalmente para designar erosão fluvial acelerada que envolve desde os processos mais simples a altamente complexos, englobando indiferenciadamente escorregamento, deslizamento, desmoronamento e desabamento que acontece às vezes em escala quase que imperceptível, pontual, recorrente e não raro, catastróficas, afetando em muitos casos distâncias quilométricas. É um fenômeno predominantemente complexo, inter-relacionado causado por fatores hidrodinâmico, hidrostático, litológico, climático, neotectônico e ainda que em pequena escala antropogênico (CARVALHO 2006, p. 55).

Christofoletti (1980) já discutia esses processos por meio do conceito de erosão fluvial, como sendo aquela que ocorre através de três processos: a corrosão, a corrasão e a cavitação.

A corrosão engloba todo e qualquer processo químico que se realiza como reação entre a água e as rochas superficiais que com ela estão em contato. A corrosão é o desgaste pelo atrito mecânico, geralmente através do impacto das partículas carregadas pela água. A cavitação, ocorre somente sob condições de velocidades elevadas da água, quando as variações de pressão sobre as paredes do canal facilitam a fragmentação das rochas. (CHRISTOFOLETTI. 1980. P, 87)

Segundo Bandeira (2005, p. 32), “a erosão fluvial é causada pelas águas dos rios, principalmente na época das cheias, sendo muitas vezes responsável pelo desmoronamento ou escorregamento das margens, que arrastam uma grande quantidade de solo”. O processo de erosão lateral causa diversas implicações nas comunidades ribeirinhas sejam elas sociais ou econômicas, o fenômeno das terras caídas transforma as paisagens ribeirinhas constantemente. Albuquerque (2012, p. 98), descreve “As margens do rio Amazonas não são estáveis, tanto o canal principal ou de seus paranás sofrem intenso processo erosivo, causado pelo deslocamento do rio em sua trajetória dentro da planície até atingir a foz”. Essa dinâmica dos rios é perceptível na região amazônica. Pereira (2008) afirma que:

Na margem côncava do canal principal ou Paraná, em forma de barranco (margem instável) predominam os processos erosivos: em contato com um banco ou terraço mais elevado, a correnteza mais forte do rio erode a margem, causando o fenômeno denominado pelos produtores de terra-caída. Este fenômeno, bastante comum nas áreas onde o canal do rio está ativo, tem várias consequências para os ribeirinhos (PEREIRA, 2007, p. 23).

Para Guerra (1993) o fenômeno das terras caídas é uma denominação regional, que ocorre por meio do escavamento produzido pelas águas dos rios, fazendo com que os barrancos sejam solapados intensamente, assumindo, às vezes, aspecto assustador. Para o autor, esse fenômeno é específico dos rios da região Amazônica, incidindo na remoção da base do barranco por meio do solapamento, ocasionando grandes escorregamentos no terreno.

O processo de terras caídas ao longo das últimas décadas vem afetando de forma constante comunidades ribeirinhas de várzea, isso causa um processo de desterritorialização por meio de causas naturais.

2.3 Desterritorialização e Reterritorialização

Ao observarmos os estudos no âmbito das ciências sociais e humanas, podemos verificar a utilização, com frequência, dos termos, desterritorialização e reterritorialização, seja em estudos sobre migração, luta pela terra, identidade territorial, dentre outros.

Na obra dos filósofos Deleuze e Guattari (1997), a principal contribuição dos autores é a de que não existe uma desterritorialização desconectada de uma posterior reterritorialização.

A função de desterritorialização: D é o movimento pelo qual “se” abandona o território. É a operação da linha de fuga. Porém, casos muito diferentes se apresentam. A D pode ser recoberta por uma reterritorialização que a compensa, com o que a linha de fuga permanece bloqueada; nesse sentido, podemos dizer que a D é negativa. Qualquer coisa pode fazer as vezes da reterritorialização, isto é, “valer pelo” território perdido; com efeito, a reterritorialização pode ser feita sobre um ser, sobre um objeto, sobre um livro, sobre um aparelho, sobre um sistema [...] (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 197).

Quanto ao processo de reterritorialização, muitas das vezes, não tem uma boa execução, buscando assim uma readaptação em um novo espaço, pois a realidade é bem diferente do antigo território em que viviam esses grupos. Fuini afirma que:

[...] a territorialização, ou a reterritorialização, seria o movimento de se constituir referenciais simbólicos e indentitários (materiais e imateriais) junto a um recorte espacial definido, dotando-o de unidade. Poderia ser também chamada de enraizamento territorial, vinculando populações, empresas e instituições de governo ao território. A desterritorialização, em seu oposto, representa a extroversão e desenraizamento de povos, atividades sociais e econômicas e comunidades de seus lugares, correspondendo à perda de identidades e do enraizamento. A reterritorialização, por sua vez, compreende o movimento de reconstrução e retomada de laços de identidade e inserção territorial sob novas bases de qualificação. (FUINI, 2014 p. 6).

Por meio desses conceitos devemos pensar a territorialização e a desterritorialização como processos simultâneos e de fundamental importância para compreendermos as práticas humanas.

Segundo Chelotti (2013, p.5), “a criação de territórios seria representada pela territorialização, a sua destruição (por mais que seja temporária) pela desterritorialização e a sua recriação pelos processos de reterritorialização”. Ou seja, a territorialização é o ato/ação de se apropriar de um recorte espacial e torná-lo um território, enquanto que a desterritorialização é o oposto da territorialização, ela seria a perda desses territórios.

O homem necessita do seu território, seja de aspecto material ou simbólico. O território de cada indivíduo é o que melhor o identifica, dado que é o território que ajuda e condiciona a construção da identidade de cada indivíduo. O homem necessita do seu território, do seu espaço e de criar vínculos e ligações com ele.

No entanto, os nossos territórios estão sujeitos a alterações, a mudanças. E essas mudanças podem ocorrer por diversos fatores, como por exemplo: a crise econômica e

o desemprego, a guerra, as catástrofes ambientais, os projetos de desenvolvimento (como construções de estradas e barragens), a patrimonialização (por exemplo, a delimitação de áreas de proteção ambiental), o envelhecimento demográfico e a doença, entre outros.

Quando essa mudança acontece, estamos perante um processo de desterritorialização. Assim, o processo de desterritorialização pode ser definido como uma quebra de vínculos, uma perda de território, um afastamento dos nossos territórios, havendo assim, uma perda de controle das territorialidades pessoais ou coletivas, uma perda de acesso ao território.

Tendo em conta que o Homem é um ser eminentemente social e sociável, este necessita se adaptar às novas circunstâncias, aos novos territórios. Assim, ao processo de desterritorialização está implícito o processo de reterritorialização que se dá por ser um processo que nem sempre é bem-sucedido, onde o homem se adapta aos novos territórios, tornando-se num agente ativo do (novo) território.

Em síntese, esses são os eixos teóricos que fundamentam este trabalho. No próximo capítulo são apresentadas as questões relacionadas à metodologia utilizada para se atingir aos objetivos propostos.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo apresentamos o método, O método é responsável pela transparência e pela objetividade da pesquisa. Significa, portanto, que o método traduz a forma por meio da qual o pesquisador obteve seus resultados, possibilitando a outros pesquisadores seguirem os mesmos passos, o mesmo caminho utilizado pelo pesquisador. Através do método se obtém os procedimentos metodológicos, que seguem a linha do método utilizado.

3.1 Abordagens metodológicas

Para se realizar uma pesquisa existe a necessidade de se utilizar um método. Segundo Gil (2008), podemos definir método como um caminho para se chegar a determinado fim, enquanto o método científico é entendido como o conjunto de procedimentos técnicos e intelectuais adotados para atingir o conhecimento. Métodos orientam a reflexão intelectual na tentativa de ler e interpretar a realidade.

Para ser considerado um método científico, torna - se necessária a sistematização de ideias, de modo que tal sistematização seja baseada em fatos, ou seja, que possam ser provados cientificamente. Para Sposito (2004), o método deve ser compreendido como um instrumento intelectual e racional que possibilita a apreensão da realidade objetiva pelo investigador, quando este pretende fazer uma leitura dessa realidade e estabelecer verdades científicas para sua interpretação.

Para o desenvolvimento desta pesquisa fez-se o uso de duas abordagens teórico-metodológicas. O uso de mais de uma abordagem é defendida por Alves (2008, p 239), “A utilização de apenas um método para uma complexidade diversa, como é o caso do espaço geográfico, não dá conta ou suporte para o geógrafo”. Desse modo as abordagens escolhidas foram a dialética e a fenomenológica.

A primeira abordagem, é a Histórico-crítico-dialético que, conforme Japiassu e Marcondes (1990, p.167 citados por SPOSITO, 2004 p. 39), “procede pela refutação das opiniões do senso comum, levando-as às contradições, para chegar então à verdade, fruto da razão”. Para que se possam analisar os fatos, é compreender os diferentes pontos de vista do objeto de estudo. No método crítico dialético sujeito e objeto são intrínsecos; o sujeito se

constrói e se transforma, construindo e transformando, ao mesmo tempo, o objeto, que construído (fruto do trabalho humano), influencia as ações do sujeito.

A dialética tem como principais características o espírito crítico e autocrítico e atitude contestatória: “A dialética intranquiliza os comodistas, assusta os preconceituosos, perturba desagradavelmente os pragmáticos ou utilitários [...]” (KONDER, 2000: 86).

A dialética tem o intuito de provocar diferentes cenários, dessa forma estabelecendo uma linha de diferentes pensamentos e informações. Goldman (1991) comenta acerca do pensamento dialético:

O pensamento dialético afirma em compensação, que nunca há pontos de partida absolutamente certos, nem problemas definitivamente resolvidos; afirma que o pensamento nunca avança em linha reta, pois toda verdade parcial só assume sua verdadeira significação por seu lugar no conjunto, da mesma forma que o conjunto só pode ser conhecido pelo progresso no conhecimento das verdades parciais (GOLDMANN, 1991, p. 05-06).

O uso da abordagem dialética, neste estudo, se demonstra nos estudos bibliográficos e documentais, ao realizar esses levantamentos temos determinados dados teóricos, ao levar essas informações a campo elas são confrontadas com a realidade, podendo assim chegar a um determinado resultado bem ponderado.

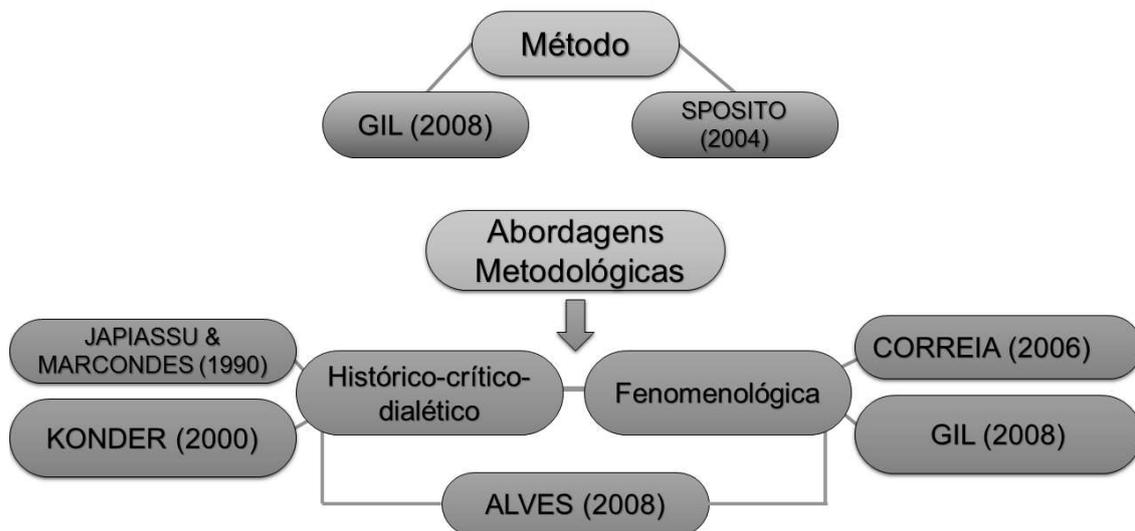
A segunda abordagem utilizada se trata da abordagem fenomenológica que busca evidenciar as essências repondo-as na existência, na medida em que o palpável sempre existiu “ali”. Para Gil, (2008) a pesquisa fenomenológica parte do cotidiano, da compreensão do modo de viver das pessoas, e não de definições e conceitos, como ocorre nas pesquisas desenvolvidas segundo a abordagem positivista. Assim, a pesquisa desenvolvida sob o enfoque fenomenológico procura resgatar os significados atribuídos pelos sujeitos ao objeto que está sendo estudado.

De acordo com Correia (2006), a fenomenologia criou, dentro da Geografia, possibilidades para novas formas de descrição e análise do espaço que não as cartesianas ou matriciais. O ser humano é elevado à protagonista e transformador do espaço que vivencia cotidianamente, pois são dotados de sentimentos, sensibilidade e inteligência. O mesmo autor aponta que:

[...] mesmo antes de perceber o ser humano sente e em última instância pensa através do sentimento vindo do íntimo do ser, envolvido, também, por uma construção histórica e cultural de ordem pessoal que interage com os fenômenos que também têm sua história natural passível de ser focalizada e descrita pelo sujeito sensível [...] (CORREIA, 2006. p. 72).

A fenomenologia, neste estudo, é usada para descrever o mundo cotidiano da experiência imediata do homem, e isso se incluem todos seus modos de vivências, como ações, lembranças e percepções. Ela vai valorizar a subjetividade do sujeito, validando a experiência que estará ligada como o indivíduo passa a ver as coisas ao seu redor, juntamente com o sentimento de pertencimento ao espaço o qual está inserido e as pessoas que o rodeiam. A seguir o esquema simplificado da metodologia utilizada (Figura 01).

Figura 1 - Esquema metodológico



Elaboração: Antonio Gomes (2019)

3.2 Procedimentos

Quanto aos procedimentos metodológicos, eles foram realizados em três frentes. A revisão bibliográfica, documental, trabalhos de campo com observação direta e entrevistas. De acordo com Calsa e Romero (2013) o levantamento bibliográfico parte da velha premissa de que “ninguém faz nada sozinho” ilustra com clareza a importância de conhecer as pesquisas existentes sobre o tema que o pesquisador pretende investigar.

As teorias e discussões são construídas através de diversos autores, diferentes pontos de vistas e formas de analisar um mesmo conceito. Vieira (1996, p. 15) complementa a discussão citando “[...] nenhuma ciência brota do cérebro de fundadores. Ela resulta da investigação realizada por muitos estudiosos, sobre problemas que aparecem em determinadas

condições históricas”. As pesquisas realizadas em monografias, dissertações, artigos, resumos, livros, teses, compatíveis com o tema deste trabalho, além disso, também foi realizado um levantamento documental, busca por notícias e reportagens sobre o tema.

Considerado e valorizando como importante instrumento para o desenvolvimento do conhecimento geográfico, o trabalho de campo faz com que o “processo de observação” se aproxime do real, sendo de fundamental importância para o geógrafo. É através da observação que o pesquisador investiga o mundo real, na tentativa de compreendê-lo e interpretá-lo. Müller Filho (1988) confirma este fato observando que:

A produção geográfica, ao interpretar as realidades espaciais sob o prisma tradicional, fundamenta-se na observação: coletam-se os dados, eles são comparados, verifica-se o que entre eles há de comum, e, detectado o que é comum, baseiam-se padrões, formulam-se generalizações. (MÜLLER FILHO, 1988, p. 8).

Nos trabalhos de campo as informações foram coletadas por meio de observação e por entrevistas feitas com moradores e lideranças da comunidade. Segundo Lakatos e Marconi (2008, p. 278), a entrevista é “uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica, que pode proporcionar resultados satisfatórios e informações necessárias” e tem como objetivo compreender as perspectivas e vivências dos participantes. Essa ferramenta de coleta de dados, segundo Ludwig, possui três tipos:

A não estruturada, que conta com questões abertas, sem rigidez de sequência e número reduzido; a estruturada, cujas questões são específicas e nitidamente ordenadas; a semiestruturada, que se baseia em questões específicas, porém sem ordenamento rígido (LUDWIG, 2008, p. 66).

A entrevista adotada foi a do tipo Não Estruturada, seguindo um roteiro (Apêndice I), pois possui uma maior liberdade para desenvolver situações em qualquer direção que seja considerada adequada durante o procedimento. Assim podendo explorar amplamente as nuances que são comuns em uma conversa. Sacramento (2010) apresenta em seu trabalho três etapas da entrevista: a pré-entrevista - momento no qual nos apresentamos e explanamos os objetivos da pesquisa; a entrevista - momento em que realizamos a conversa seguindo o roteiro; e a pós-entrevista - etapa que trocamos contatos e marcamos outros encontros. Seguindo essas etapas buscamos manter um padrão nas entrevistas.

As perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversa informal. A escolha dessa abordagem se faz útil uma vez que uma das abordagens metodológicas utilizadas é a fenomenológica a qual valoriza o sujeito e a sua vivência. Os entrevistados

autorizaram a gravação de seus relatos conforme um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 2).

Para chegar aos resultados da pesquisa os dados e informações obtidas foram analisadas de forma que respondessem os objetivos propostos pelo trabalho. Produtos cartográficos foram elaborados para uma melhor compreensão dos fenômenos descritos nesse trabalho. Os materiais utilizados foram câmera do celular, gravador, GPS, mapas, notebook, caderno para anotações, aplicativos de transcrição de áudio, veículos (carro, ônibus). A Figura 02, a seguir demonstra os principais procedimentos

Figura 2 - Esquema de Procedimentos



Elaboração: Antonio Gomes (2019)

3.3 Área de estudo

A área de estudo se localiza no município de Iranduba que fica ao sul da cidade de Manaus. Iranduba integra a Região Metropolitana de Manaus (RMM) da qual fazem parte 13 municípios². Além de sua sede, o município possui quatro áreas consideradas urbanas: os distritos de Ariaú, Cacao Pirêra, Lago do Limão e Paricatuba. Segundo a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2016), a população do município é de 46.703 habitantes, em um território com 2.216,817 km², a densidade populacional é de 21,8 hab./km².

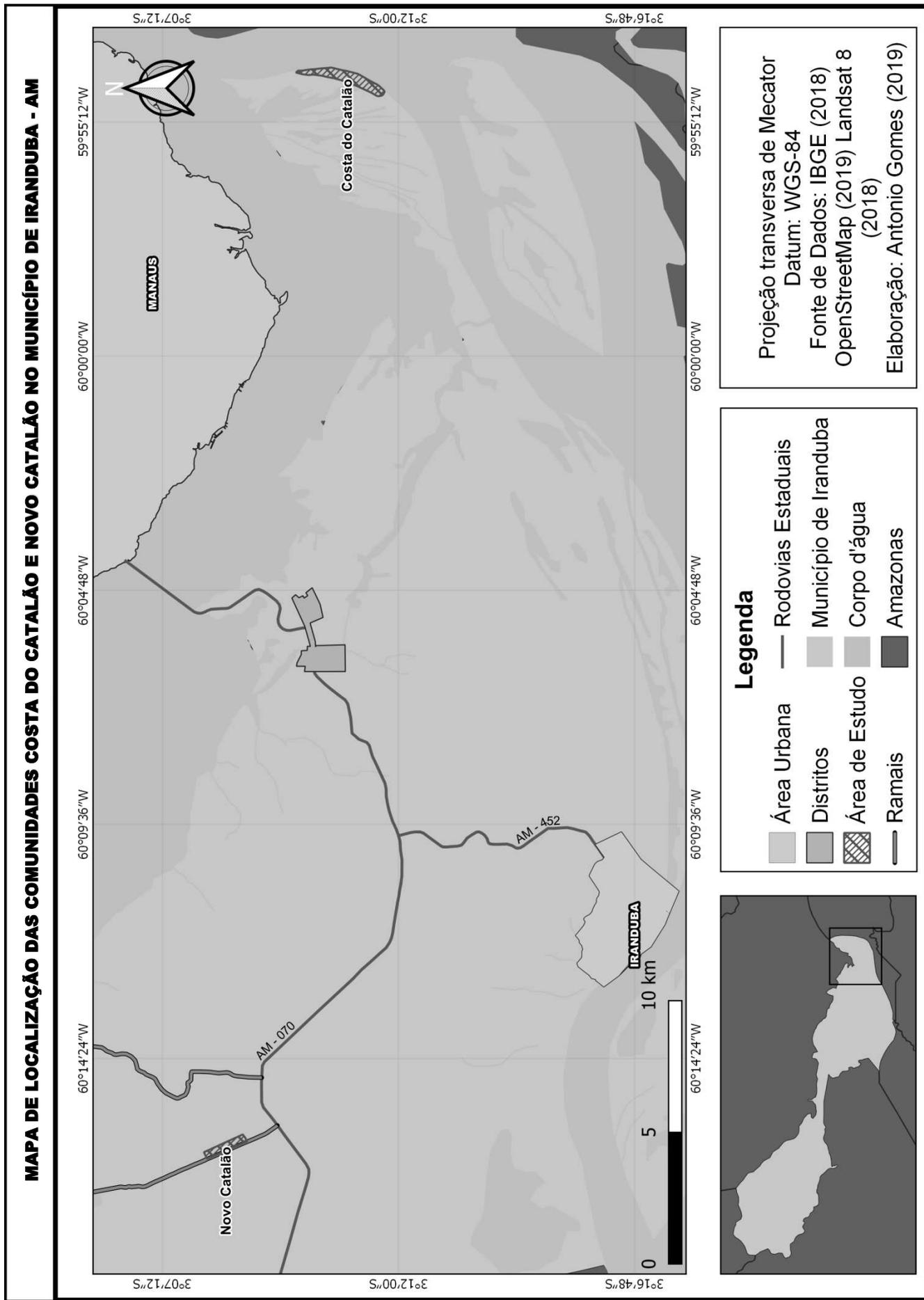
Geologicamente, o município está situado em uma formação do período cretáceo, chamada de Alter do Chão e em outras áreas próximas aos rios, Negro, Solimões e Ariaú, sua formação é mais recente (Holoceno) oriunda de deposições aluvionares dos rios. Essas deposições dão origem aos Neossolos Flúvicos que regionalmente são chamados de várzea.

Iranduba possui um grande número de comunidades rurais em seu território, de acordo como Plano Diretor do Município de Iranduba (2011), o município teria 48 comunidades, mas na observação empírica realizada entre 2017 e 2018 constatamos um número muito superior ao apresentado pelo documento. Estimamos que atualmente Iranduba possua mais de 70 comunidades. O Plano Diretor deveria ser atualizado a cada dois anos, porém a população aguarda a publicação do próximo Plano Diretor.

Neste trabalho levamos nossos olhares para duas localidades, a Comunidade Costa do Catalão, que fica localizada na região leste do Município, na foz do Rio Solimões; e outra se trata do assentamento Novo Catalão que se localiza no km 24 da AM-070 no Ramal da Cachoeira do Castanho (Figura 03).

² Manaus (cidade-sede), Autazes, Careiro, Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Itapiranga Manacapuru, Manaquiri, Novo Airão, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva e Silves.

Figura 3 - Área de estudo



4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo discute-se o desenvolvimento da pesquisa realizada diretamente na área de estudo. Primeiramente é apresentado um breve histórico³ da Comunidade Costa do Catalão e como se deu o processo de migração para o assentamento, em seguida é apresentado um estudo do processo de adaptação dos ribeirinhos no assentamento em terra firme.

4.1 A Costa do Catalão

De acordo com relatos, a comunidade Costa do Catalão tem seu processo de criação iniciado por volta de 100 anos atrás onde as primeiras famílias que foram morar na Costa do Catalão eram nordestinas, principalmente cearenses e pernambucanas, antes residentes no vilarejo do Careiro da Várzea, que em 1938 se torna um distrito de Manaus e em 1987 seria elevada a categoria de Município.

Esses primeiros habitantes não tinham mais como sobreviverem nesse vilarejo, pois eles viviam da extração da borracha e está comercialização já estava escassa. Assim tiveram que encontrar outra forma de sobrevivência, resolveram se mudar para uma terra desabitada onde ali se tornaria parte do município de Iranduba que na época era apenas uma vila. Atualmente Iranduba se limita com os municípios de Manaus, Manacapuru, Manaquiri, Novo Airão e Careiro da Várzea. Elevado à categoria de município com a denominação de Iranduba, pela Emenda Constitucional n.º 12, de 10-02-1981 (Art. 2º - disposições gerais transitórias), delimitado pelo Decreto Estadual n.º 6.158, desmembrado dos municípios de Manacapuru e Manaus.

Ao se alocarem nessas áreas de várzea, iniciaram a prática de agricultura. As pessoas que iam chegando tinham que dividir as terras com as pessoas que já estavam residindo no local, pois já havia entorno de dez famílias no local. Depois começaram a chegar mais pessoas de diversas partes do Baixo Solimões, dessa forma foram ocupando outras áreas da Costa. Assim com o passar dos anos a comunidade foi se organizando através dos núcleos familiares existentes, as propriedades foram se distribuindo em agrupamento.

³ Parte desse histórico é baseada nos relatos dados pelos moradores durante as entrevistas.

De acordo com Lopes (2017), as primeiras famílias que chegaram às terras eram conhecidas pelo sobrenome, que orientava a organização espacial e social: os Amâncio, os Medeiros, os Cândido, os Sotero, os Correia Lima, Antônio Aprígio, Ramos, Paz e Costa, Conrado, Pinheiro, Teixeira e Cordeiro.

A comunidade começou a se organizar, e as famílias viram a necessidade de construir escolas, igrejas e um local para as atividades de lazer, essas obras foram construídas entre os anos de 1980 a 1990. Depois de alguns anos os moradores reuniram-se para construir uma casa onde seria a sede da primeira escola, conseguiram uma professora, a maioria dos moradores não sabia ler nem escrever. Quando esses ribeirinhos começaram a estudar, muitos já não eram mais crianças. Ajudavam seus pais na criação de animais, caça, pesca, plantação, em um período iam para a escola e no outro trabalhavam.

No início, as famílias trabalhavam com o sistema de plantação de juta, com o tempo foram mudando para a produção de horta, essa mudança de plantio se deu pela viabilidade das hortaliças, sendo que a juta possuía um processo mais longo para a produção ao contrário das hortaliças que são culturas de ciclo curto, de dois a quatro meses já estão prontas para a colheita, consumo e venda.

Geralmente em comunidades ribeirinhas amazônicas o seu topônimo, ou seja, seu nome é escolhido com nome de santo devido à ligação religiosa que a maioria dessas comunidades possuem com a igreja católica, fato que ocorreu de forma diferente na Costa do Catalão. O nome “Costa” segundo os moradores deve-se à localização que fica na costa da ilha, onde do outro lado está localizado o lago do Catalão. De acordo com Pereira (2007, p 23), “os trechos retilíneos da margem do rio, em que se estendem faixas contínuas de terraços mais altos (barrancos) são denominados de “Costa””.

De acordo com relatos de moradores antigos da comunidade em 1985, foi criado o campo de futebol sendo a primeira área de lazer da comunidade. O campo pertencia a um dos moradores. No campo de futebol eram realizados torneios aos finais de semana, quando toda a comunidade se reunia à beira do campo para torcer pelos times de futebol locais conhecidos como Fuscão Preto, Independente e Grêmio (Figuras 04 A e B).

Figuras 4 A e B – Times locais da Comunidade



Fonte: Acervo pessoal dos comunitários

Barcos de pequeno e grande porte vinham dos municípios próximos trazendo um fluxo de pessoas na comunidade, outras comunidades ribeirinhas também participavam das disputas dos torneios que aconteciam desse modo esse fluxo trazia uma renda extra para o dono do campo juntamente com a igreja que vendiam na beira do campo, comidas e bebidas. Nesses momentos de grande movimento na comunidade os agricultores residentes aproveitavam para realizar a venda de seus produtos agrícolas excedentes, produtos que sobravam da sua produção.

As famílias que se alocaram nessas terras de várzea estabeleceram tradições, técnicas cultivo, de caça, pesca, festejos e diferentes formas de se tratar a água para que se tornasse potável. Tendo desenvolvido essas ferramentas de sobrevivência, ao longo dos anos e das gerações. Esses aprendizados foram sendo passados de pai para filho. Durante cinco gerações

esses aprendizados foram mantidos e reproduzidos, pois esses conhecimentos eram essenciais para a sobrevivência da comunidade e do seu modo de vida.

Desde o início dos anos 1980 a área onde a comunidade foi estabelecida, ou seja, a “costa” começou a sofrer incidentes a respeito do fenômeno de terras caídas, processo que faz parte das dinâmicas naturais dos rios de água branca. Por volta de 1982 a primeira casa e parte da propriedade de uma das famílias foi erodida. A comunidade registra como a primeira grande ocorrência desse tipo. Essa primeira família decidiu então recomeçar em uma área mais distante da margem, próximo ao lago, como prevenção contra essas problemáticas naturais que vinham a ser causadoras de grandes perdas na comunidade.

4.2 A Influência da natureza

Até o ano de 2005, o campo de futebol juntamente com a sede da associação igreja e escola formavam o espaço de social interesse da comunidade, podendo partilhar de diversas atividades. Esses locais eram próximos uns dos outros, por sua vez também ficavam próximos a margem do Rio Solimões (Figura 05).

Figura 5 – Espaço de social interesse (2005)



Fonte: Google Earth (2005)

Elaboração: Antonio Gomes (2019)

Devido a essa proximidade era inevitável que em determinado momento poderia ocorrer uma “caição de terra” - como os moradores da comunidade costumam falar -, a partir de 2006 a área do campo e da capela se tornaram áreas de risco iminentes, deixando assim de

ocorrer jogos no campo e celebrações na capela. Na imagem de 2009 é possível visualizar o quão avançado estava o processo de terras caídas (Figura 06), a capela foi transferida para outra área, enquanto o campo não foi construído em outro local devido à falta de espaço.

Figura 6– Espaço de social interesse (2009)



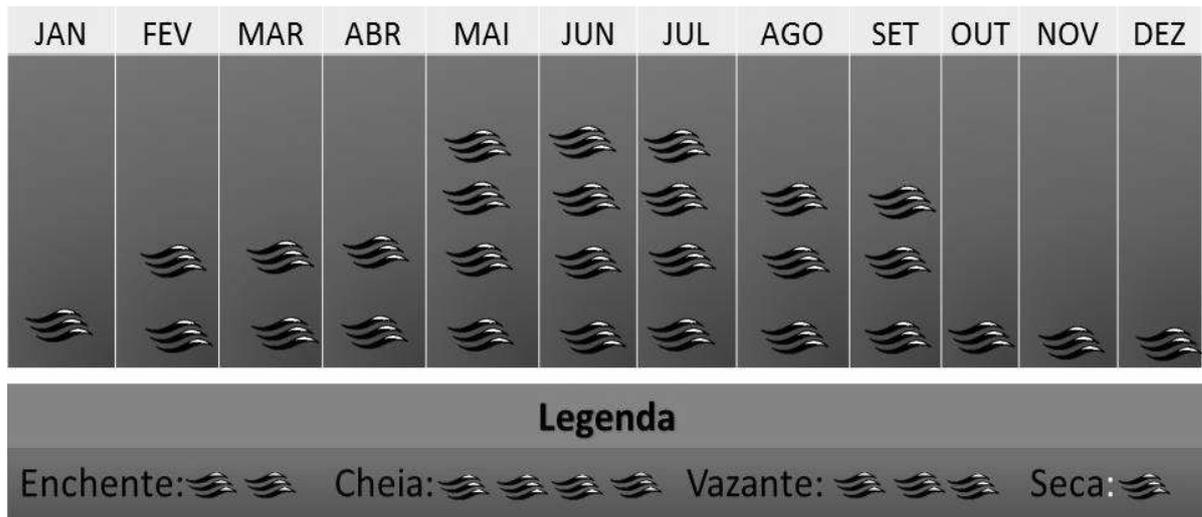
Fonte: Google Earth (2009)

Elaboração: Antonio Gomes (2019)

Na Figura 06 podemos ver que em seis anos, a área onde a capela ficava foi inteiramente levada pelos desbarrancamentos, uma parcela da área onde ficava o campo de futebol também teve o mesmo destino.

No ano de 2009, a luta por um assentamento em terra firme se intensificou. A princípio, os moradores buscavam apenas alternativas em relação à continuidade da produção agrícola. Apesar de a várzea possuir uma grande capacidade nutritiva do solo devido aos minerais que compõem os sedimentos depositados, e de fácil cultivo de culturas de ciclo curto, eles só podem produzir no período de seca, período de cinco a seis meses (Figura 07).

Figura 7 - Calendário da várzea



Elaboração: Antonio Gomes (2019)

Dessa forma, os agricultores durante o período da cheia buscavam a terra firme para dar continuidade à produção ou simplesmente para complementar à renda. Muitos desses agricultores iam para a terra firme para trabalhar como caseiros, ou em serviços de diárias, alguns conseguiam realizar o aluguel de terras através de arrendamento rural que acordo com Wald (2012),

É o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso e gozo de imóvel rural, parte ou partes do mesmo, incluindo, ou não, outros bens, benfeitorias e ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa ou mista, mediante certa retribuição ou aluguel, observados os limites percentuais da Lei. (WALD, 2012, p. 05)

Por meio desse arrendamento era possível manter uma renda anual, mesmo sendo pouco, mantinham sua sobrevivência até que as águas do rio descessem e deixassem o solo pronto para plantio novamente. Desde o ano de 2005, os agricultores da comunidade juntamente com a associação de agricultores se juntaram para conseguir uma gleba de terra para poder produzir o ano todo sem precisar depender de terceiros.

Como já foi apresentado, desde os anos 1980 a comunidade vem sofrendo de forma intensa com o fenômeno de “terras caídas” As terras caídas são um fenômeno erosivo amazônico típico. E pela sua tipicidade, compreende-se que o mesmo ocorre anualmente, logo após as vazantes. Seu local de ocorrência é também já típico, pois está sempre nas margens dos rios de águas barrentas (Figura 08).

Figura 8 - Terras Caídas

Foto: Antonio Gomes (Setembro/2017)

Em geral, no Amazonas esse processo atinge milhares de pessoas que residem nas margens dos rios. Uma reportagem da jornalista Estarque ⁴ (2018), veiculada ao jornal da Folha de S. Paulo intitulada *Natureza do Desastre - Governos falham, e brasileiros são forçados a deixar suas casas e conviver com desastres naturais recorrentes*, apresenta dados e comprovações sobre desastres naturais dentre eles o fenômeno das terras caídas, segue trechos retirados da matéria:

Entre 2005 e 2017, ao menos 19 municípios do Amazonas e 36.602 pessoas foram afetados por esse tipo de erosão fluvial, segundo a Defesa Civil do estado. Mas é possível que o número seja ainda maior. De acordo com esses registros, o município de Iranduba, por exemplo, teve 541 pessoas afetadas e nenhum desabrigado ou desalojado – no entanto, apenas em Catalão (comunidade de Iranduba/AM), várias famílias tiveram casas destruídas.

As terras caídas, assim como as secas e enchentes extremas, afetam principalmente as comunidades ribeirinhas. Segundo pesquisa do Instituto Igarapé, ao menos 6,4 milhões de brasileiros ficaram desabrigados ou desalojados por desastres naturais desde 2000, **o equivalente a um a cada dois minutos**. (ESTARQUE, Folha de S. Paulo, 2018). [Grifo nosso].

As terras caídas estão muito além da ocorrência de desabamento de margens, mas se trata de um processo que envolve muitos elementos, pessoas e órgãos governamentais, pois aqueles que abandonam suas casas dependem de assentamentos noutros locais, que no mais

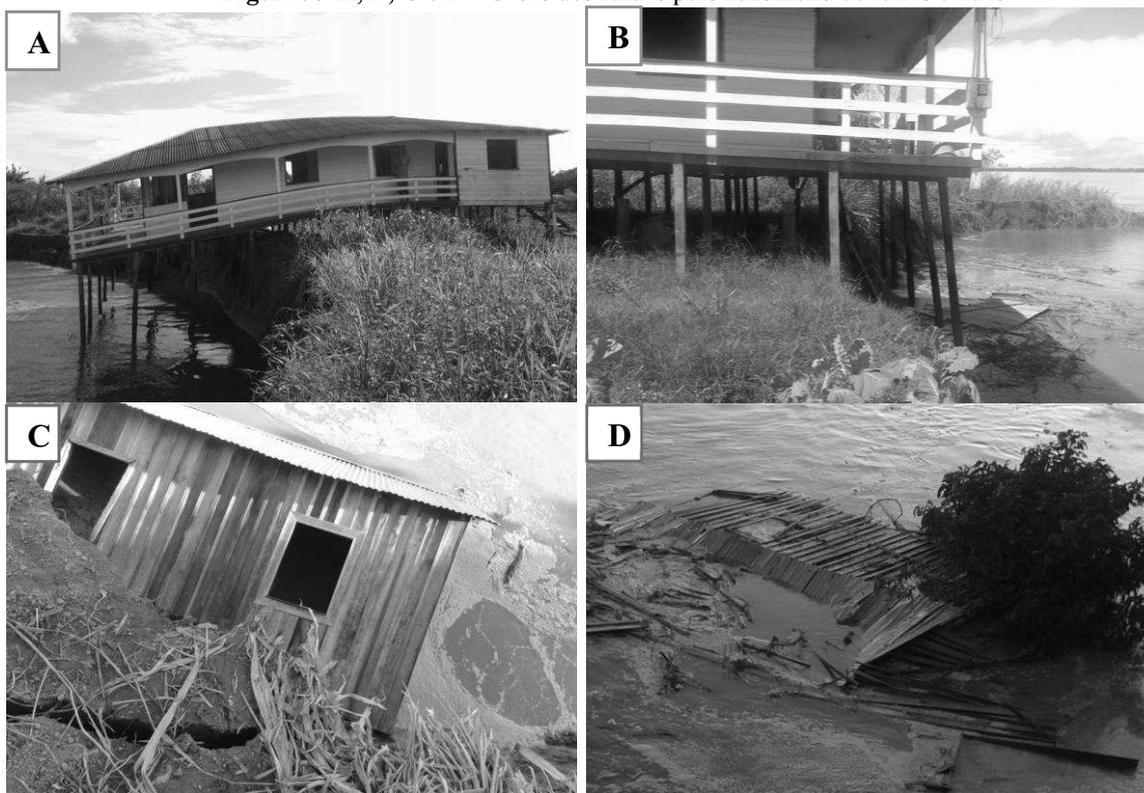
⁴ ESTARQUE, Marina. *Natureza do Desastre*. Folha de São Paulo, 2018. Disponível em: <http://temas.folha.uol.com.br/natureza-do-desastre/introducao/politica-de-prevencao-de-desastres-naturais-definha-no-pais.shtml>. Acesso em: 10 de novembro de 2019.

das vezes em muito diferem da sua atual realidade (e.g., saída do meio rural para urbano), a perda de sua identidade local e de seus bens.

O fenômeno das terras caídas possui efeitos catastróficos, uma vez que os ribeirinhos constroem socialmente sua vida nas margens do rio. Moradias (Figuras 09 A, B, C e D), plantações (Figuras 10), igrejas, áreas de lazer e de trabalho podem ser levadas pelas águas. Além do prejuízo do plantio, as habitações podem destruídas pelo fenômeno. Mesmo deslocando as casas, recuando-as para longe da margem, nem sempre é possível prever quando irá ocorrer o fenômeno. Moradores relatam a dificuldade que tinham de ter que reconstruir suas vidas.

Aí a dificuldade é essa, por exemplo, uns dias antes de eu sair de lá, caiu uma casa inteirinha, a terra caída muito grande uma caição medonha, aí tiveram que trabalhar mais ainda pra poder construir a casa no assentamento. (Morador da Costa do Catalão – 2019).

Figuras 9 A, B, C e D - Casas destruídas pelo fenômeno de terras caídas



Fotos: A e B. Comunitário não identificado (Agosto/2017).
Fotos: C e D. Keide de Oliveira e Silva (Setembro/2018).

Figura 10 - Plantações perdidas

Foto: Antonio Gomes (Setembro/2017).

Além dos fatores naturais que provocam o fenômeno, também vale ressaltar as ações antrópicas. A Costa do Catalão está localizada em frente a uma rota de barcos de grande porte. Durante a vazante, período onde os desbarrancamentos acontecem, esses barcos ao passarem pela Costa provocam uma sucessão de ondas, os famosos “Banzeiros”. Essas ondas, ao atingir os barrancos, causam impactos que desestabilizam a estrutura delicada das margens, acelerando o processo de erosão, causando ainda mais prejuízos. Durante as entrevistas os moradores comentavam sobre algumas situações que passaram e como reagiam as terras caídas.

Se a gente escuta o barulho e vê as rachaduras, já chama todo mundo para ajudar. A comunidade é muito unida. (...) Quando a terra racha, demora um dia para cair tudo, às vezes menos. (Moradora da Costa do Catalão – 2019)

Apesar das terras caídas possuírem aspectos assustadores, fatalidades são muito raras, muito disso se deve pela percepção aguçada dos ribeirinhos acerca dos sinais que precedem ao fenômeno. Mas ainda assim esses homens precisam ficar sempre alertas.

A gente dormia com um olho aberto e outro fechado. Eu tinha muito medo, a gente não tinha sossego. Às vezes acordava no meio da madrugada para desmontar a própria casa ou a do vizinho. (Moradora da Costa do Catalão – 2019)

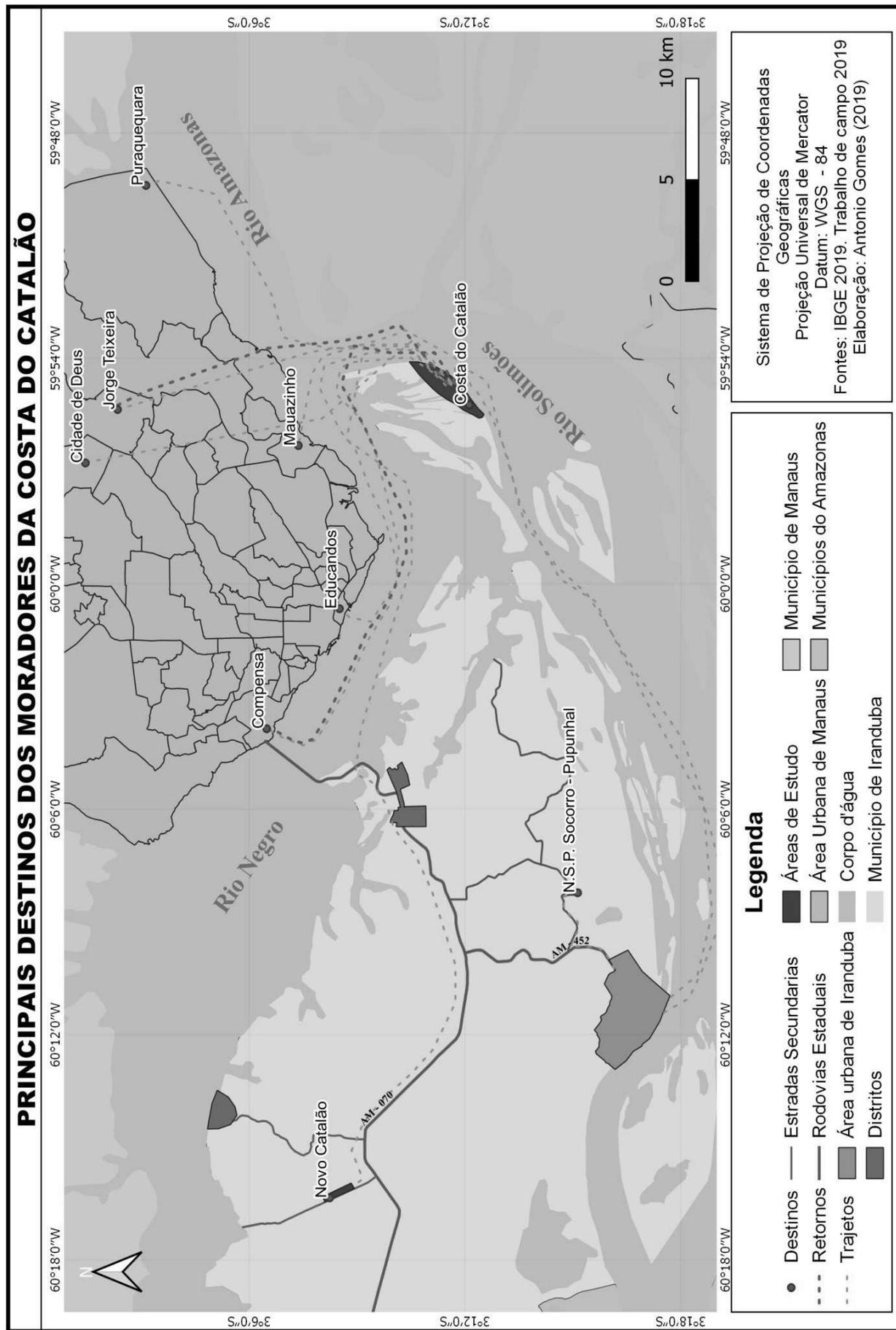
Com todas essas intempéries, os moradores iniciaram uma migração, pois já não podiam mais trabalhar e morar na Costa do Catalão. Os destinos eram diversos (Figura 11), pois o assentamento só foi adquirido anos mais tarde depois de varias famílias já terem se mudado. Entre os principais destinos estavam a cidade de Manaus, alguns buscavam empregos

urbanos, que fugiam da sua realidade de agricultor e de ribeirinho, as casas eram alugadas ou cedidas por parentes. Outros moradores buscavam manter seus status de agricultor e se mudavam para a área de terra firme de Iranduba ou para bairros periurbanos de Manaus, podendo assim manter uma dinâmica rural, como a Colônia Antônio Aleixo.

O ponto de maior migração de moradores do Catalão, fora da comunidade Ribeirinha, se trata da Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, localizada no ramal do Pupunhal, que possui acesso pelo ramal do Januari (uma vicinal no km 6) e pela AM – 452 (por uma vicinal no km 9). A primeira família a se mudar da Costa do Catalão comprou um pequeno lote nessa, hoje, comunidade. Mais tarde, outras famílias vieram e compraram lotes próximos ao da primeira família. Dessa forma o lugar passou a ter uma concentração significativa de ex-moradores do Catalão. Atualmente existem 16 famílias residindo no Pupunhal, todas provenientes da Costa do Catalão, criando assim uma força comunitária.

Analisando esses fatos por uma ótica de segurança social, a última alternativa é a transferência desses moradores da área de várzea para uma área de terra firme. Mas os ribeirinhos não veem esses fenômenos como algo fora do normal, pois já faz parte do cotidiano, da cultura. Conforme Matos & Cursino (2012, p.516), “essas mudanças estão presentes no cotidiano do ribeirinho, que veem suas terras ser levadas pelos processos erosivos perdendo suas terras e plantações”. Mas a partir do momento que esse fenômeno ameaça de forma agressiva o seu modo de vida, é preciso considerar alternativas.

Figura 11 - Destinos dos moradores do Catalão



Elaboração: Antonio Gomes (2019)

Podemos observar que nessas saídas compulsórias da Costa do Catalão, devido às dinâmicas naturais, se cria um processo de desterritorialização. A partir dessa desterritorialização existe uma migração do ribeirinho para a terra firme. De acordo com IBGE (2010), o processo de migração se dá pelo deslocamento de pessoas dentro de um espaço geográfico seja temporária ou permanentemente. Existem diversos motivos para a migração: culturais, religiosos, políticos ou econômicos, ligados às condições da natureza sendo que esse último é o principal fator que influencia a migração dos ribeirinhos. Quando esse ribeirinho deixa seu local de origem ele leva consigo sua histórias, costumes e modo de vida, Sacramento (2010) comenta sobre a migração e bagagem cultural que o migrante carrega:

O migrante, não migra sozinho, leva consigo um conjunto de elementos que implicam na (re) significação do lugar de destino, que se (re) constrói, apresentando uma dinamicidade própria. Essa dinamicidade acontece a partir da inserção de características sociais, culturais, econômicas e até mesmo ambientais, conferindo uma identidade que se modifica conforme a perda ou o ganho desses elementos. (SACRAMENTO, 2010, p. 43)

No processo de migração o local de reassentamento se torna uma extensão do seu local de origem, onde esses migrantes tentaram reproduzir seu modo de vida tal qual como antes, ficando a concretude da realidade vivida apenas como parte da sua memória afetiva.

4.3 Reterritorialização na Terra Firme

No ano de 2015, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), aprovou a requisição da comunidade Costa do Catalão para obtenção de terras. As exigências da comunidade envolviam número de lotes para que pudesse abrigar todas as famílias que ainda estavam residindo na Costa, mas também para aquelas que já tinham saído, pois muitas delas não possuíam terras próprias e precisando, ainda, de uma área para morar e produzir.

A requisição ficou em trâmite por mais de 10 anos, até que o INCRA iniciou o processo de desapropriação das terras onde o assentamento seria instalado. De acordo com o INCRA (2019)⁵, “O assentamento rural é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo INCRA onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário”. Os agricultores que recebem essas terras comprometem-se a morar na gleba e a explorá-la para seu sustento, utilizando exclusivamente a mão de obra familiar.

Na história destes assentamentos, estão escritos o sucesso ou fracasso de milhares de famílias, questões de desenvolvimento rural e produção de alimentos, criação de infraestrutura

⁵ Informações disponíveis em: <http://www.incra.gov.br/assentamento>

e a dinâmica de desmatamento e ocupação daquela imensa região de vocações diversas. Inúmeros fatores afetam o processo, tais como o potencial produtivo dos solos, a demanda pela terra, os conflitos fundiários, as políticas públicas, o regime de mercados internos e externos, entre outros. Mesmo com o assentamento sendo instalado não se pode dar certeza que ele será produtivo, existe uma série de processos legais sociais o qual esses assentamentos precisam passar.

Em 2016, o INCRA iniciou o cadastro de moradores para que pudesse realizar a contagem e distribuição de lotes. No total, foram registradas 75 famílias. A distribuição dos lotes ficou por conta da comunidade onde realizaram sorteios para definir qual família poderia escolher o lote que queria.

Atualmente Iranduba conta com sete assentamentos (Quadro 01) dentre eles o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Cachoeira onde se encontram assentados os moradores da Costa do Catalão.

Quadro 01 – Assentamentos do Município de Iranduba⁶

Nome PA	Código IBGE	Município	Capacidade	Famílias Assentadas	Área PA (ha)	Data de Criação
PAE Novo Tempo Ilha Maria Antônia	1301852	Iranduba	20	19	175,7951	21/12/2007
PAE Novo Tempo Ilha Jacurutu	1301852	Iranduba	100	93	522,6981	21/12/2007
PAE Novo Tempo Ilha da Paciência	1301852	Iranduba	280	262	4599,332	10/12/2007
PDS Costa do Caldeirão	1301852	Iranduba	680	676	3652,747	30/12/2008
PDS Costa do Iranduba	1301852	Iranduba	550	549	3934,148	30/12/2008
PDS Cachoeira	1301852	Iranduba	75	72	208,2867	09/12/2015
RDS Rio Negro	1301852	Iranduba	950	831	102978,8	15/12/2009

Fonte: INCRA (2019)

Elaboração: Antonio Gomes (2019)

Durante o ano de 2016, os moradores da Costa do Catalão se mobilizaram para levar suas famílias para o assentamento de forma conjunta. Eram necessários recursos financeiros

⁶ Projeto de Assentamento Extrativista (PAE); Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS); Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS).

e logísticos. Em uma entrevista realizada com um dos moradores que ainda residia na Costa, na entrevista sobre essa mudança o morador fala de alguns problemas a serem enfrentados.

Aí rapaz já é um gasto, porque a passagem daqui pra lá, daqui pra escadaria [em Manaus] é 15 reais, daqui pra CEASA [Manaus] é 10 reais. Aí, só pra ir na cidade e voltar é 30 reais. Aí se eu for no centro é mais gasto, lotação [carro de Manaus] pra Iranduba é 15 reais. A lancha pra deixar no porto do Cacau Pirera [Iranduba] é 5 reais, e os taxistas cobram 40 reais pra deixar lá no assentamento [no km 24 da rodovia AM 070]. São vários problemas, isso é um custo que tá dificultando, se faz, mas com muito sacrifício. Aí tamo aqui, o rio tá enchendo e, como é várzea, alaga. E por enquanto estamos sobrevivendo da plantação, mas já tamo com um começo lá. Alguém já furou poço, já estão se mexendo tão plantando no assentamento, **construindo uma nova vida**, mas é difícil porque fizemos uma casa bem pequeninha lá. Comprei uns tijolos, mas aí como o cara tá aqui e não pode tá lá, tem que fazer uma empreitada pro pedreiro fazer tudo... Aí é mais caro, mas é uma vida que você vai levando com dificuldade (Morador antigo da C. Costa do Catalão – 2018).

O relato demonstra alguns dos obstáculos que os moradores enfrentam para reconstruir suas vidas no lugar destinado ao reassentamento, tanto para deslocamento da Costa do Catalão, quanto para construírem suas novas casas.

Com a colaboração da Prefeitura Municipal de Iranduba e da Defesa Civil em julho de 2017, iniciou-se o processo de mudança das primeiras famílias para o assentamento. No total, foram quatro. Devido ao alto custo de se construir uma casa desde o zero, os moradores optaram por usar o material de suas antigas casas (Madeiras, telhas, encanamentos, fios de energia), as casas eram desmanchadas com a ajuda dos outros moradores (Figuras 12 A e B).

Figuras 12 - A e B- Desmanche das casas



Fotos: Raimunda Celice Queiros da Lira e Bya Lira (2017)

A primeira viagem acompanhada da Defesa Civil e com o apoio da Prefeitura foi realizada no dia 4 de julho. O transporte dos materiais estava sendo feito com um barco de médio porte, o destino era o porto do Cacau Pirêra. Infelizmente durante o trajeto o barco veio

a naufragar (Figura 13). A embarcação tinha sido alugada pela Prefeitura Municipal de Iranduba, que também emprestou caminhões para o trajeto final do porto ao assentamento. De acordo com o coordenador da Defesa Civil de Iranduba, o barco estava cheio demais. No dia, os ventos estavam fortes e a água agitada, o peso dos materiais também colaborou com o naufrágio, felizmente o acidente não teve vítimas.

Figura 13 - Barco naufragado



Foto: Robernilson Teixeira (4/agosto/2017)

As famílias conseguiram recuperar pouquíssimas coisas, todo o material que iriam utilizar para a construção de suas casas no assentamento foi para o fundo do Rio Solimões. Ainda assim essas famílias chegaram ao assentamento e construíram suas casas com o que podiam e com a ajuda dos amigos e familiares. Essas famílias, ao chegarem ao assentamento encontraram uma área de mata, sem nenhuma estrutura, sem água e sem luz, além disso, essas famílias ficaram abrigadas em barracões de lonas por alguns meses, devido à perda das madeiras e telhas no naufrágio. A sobrevivência dessas famílias dependia de doações.

Depois da primeira viagem, outras duas foram realizadas, com a ajuda da Defesa Civil e Prefeitura, dessa vez o transporte fluvial foi realizado por meio de balsas alugadas pela prefeitura (Figuras 14 A, B e C), ambas as viagens ocorreram no segundo semestre de 2017. Nas viagens não ocorreu nenhum incidente, as famílias e os materiais chegaram em segurança no assentamento.

Figuras 14 A, B e C - Transporte nas balsas



Fotos: Raimunda Celice Queiros da Lira (2017)

As casas foram construídas em mutirões, com ajuda de familiares e amigos. Nesse momento de transição, a ajuda Mútua (Figuras 15 A e B) foi muito importante para a construção inicial da comunidade “Novo Catalão”, nome dado ao assentamento. Esse topônimo reflete a esperança de construir uma nova vida.

Um recomeço para esses ex-ribeirinhos que passaram suas vidas nas margens das águas barrentas do Rio Solimões e agora na terra firme precisam encontrar um novo modo de vida, reproduzindo-se socialmente como agricultores familiares.

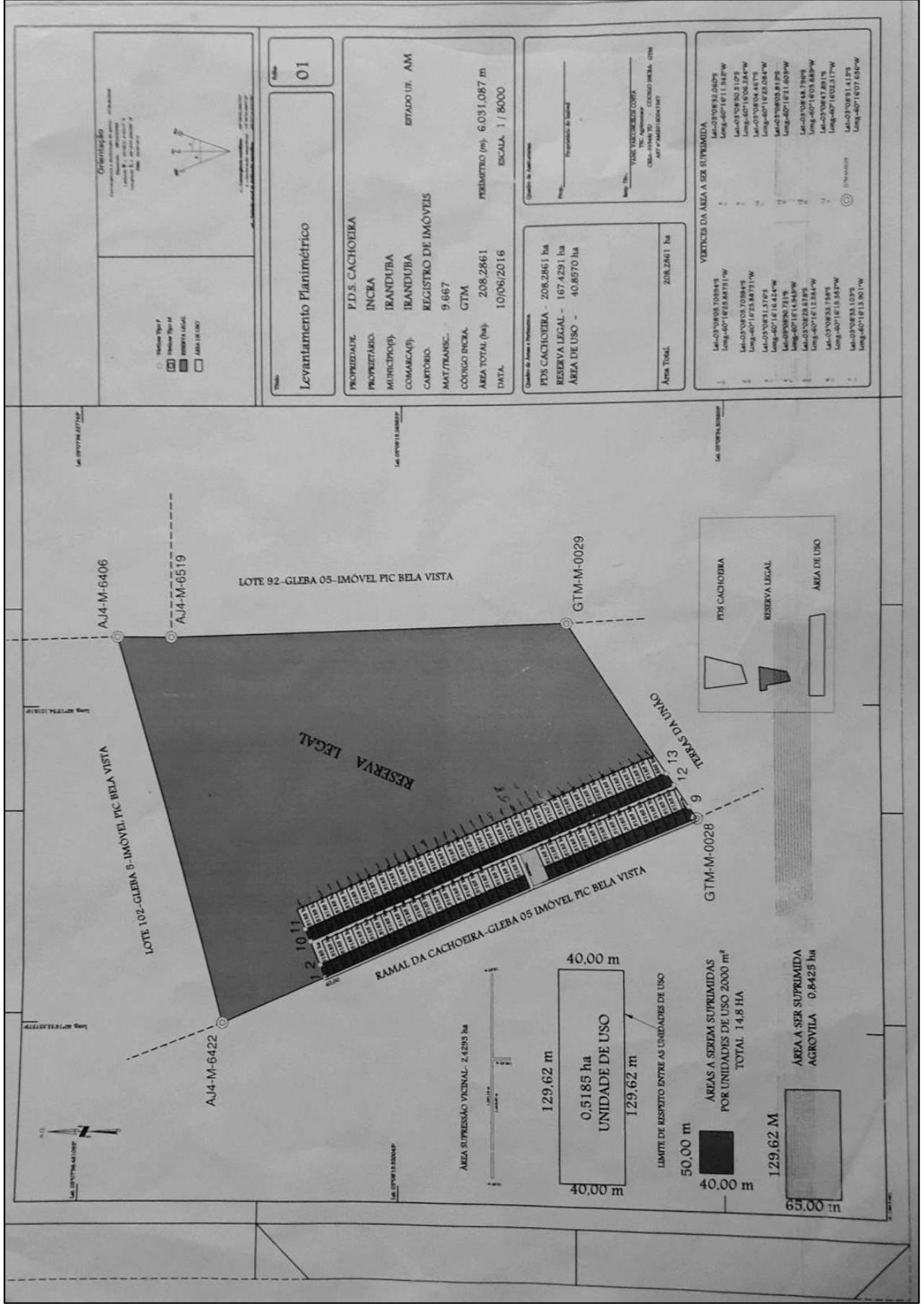
Figuras 15 A e B - Construções das casas em mutirões



Fotos: Robernilson Teixeira (2017)

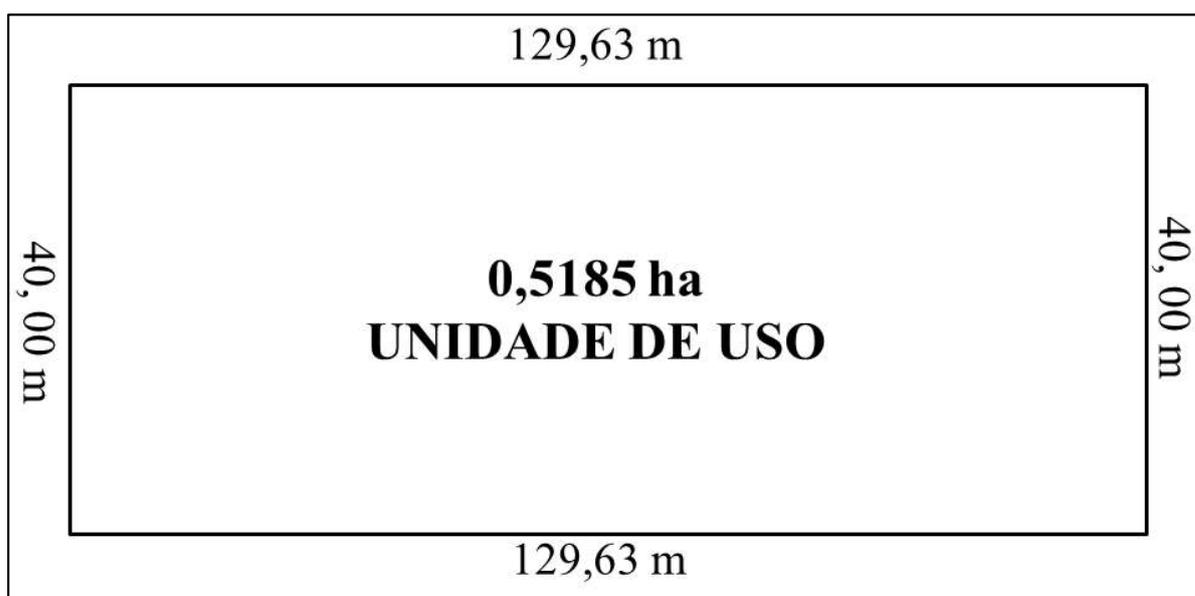
A área total do assentamento é de 208,2867 ha (Figura 16), divididos em 75 lotes, além dos lotes também existe uma área destinada a agrovila do assentamento, onde ainda será construído a sede da associação, escola, posto de saúde e área de lazer.

Figura 16 - Mapa do loteamento organizado pelo INCRA



Cada lote mede 129,63 X 40 m (Figura 17). A princípio o beneficiado só recebe uma parcela do lote, área que o INCRA denomina de “áreas suprimidas”, que são áreas de capoeira (vegetação secundária, composta por gramíneas e arbustos), com as medidas de 40 X 50 m (Figura18). Para que o restante do lote seja explorado é necessário solicitar uma licença para “Consumo próprio de matéria prima florestal” essa declaração da ao proprietário poder de utilizar de forma sustentável a área.

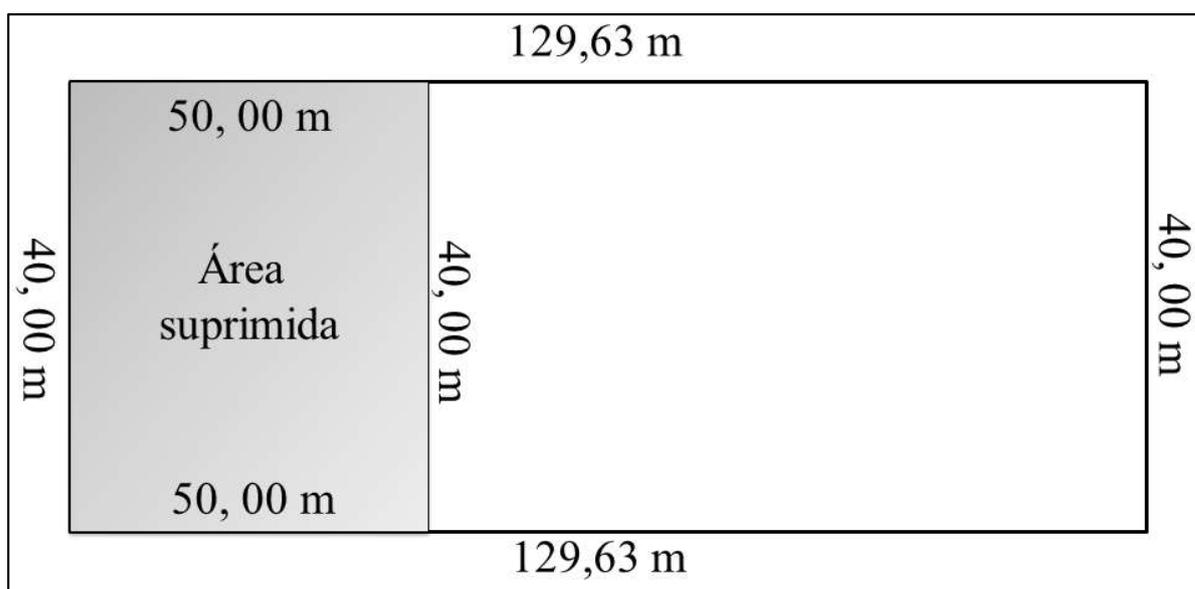
Figura 17 - Área total do lote



Fonte: INCRA (2017)

Elaboração: Antonio Gomes (2019)

Figura 18- Área suprimida



Fonte: INCRA (2017)

Elaboração: Antonio Gomes (2019)

No período que as primeiras famílias chegaram ao local, água e energia não estavam disponíveis, as famílias passaram por volta de seis meses sem esses serviços, tendo assim dificuldades de realizar o plantio das culturas nos primeiros meses, os serviços de instalação de energia veio pelo programa luz para todos do Governo Federal, teve inicio em março de 2018 e finalizado em abril de 2018. Esse programa trabalha em duas fases (Figura 19).

Figura 19 - Eletrificação Rural



Foto: Antonio Gomes (2018)

A primeira fase beneficiou apenas os lotes que já possuíam pessoas produzindo. Algumas famílias que nesse período não possuíam condições de sair da Costa do Catalão para o Novo Catalão, ao se mudarem após o período da primeira fase, ficaram sem energia elétrica, contando apenas com a ajuda dos moradores beneficiados. A segunda fase tem previsão de ser iniciada no primeiro semestre de 2020.

Em relação aos poços, cada família teve que reunir recursos para realizar as perfurações dos poços. Cada instalação sai em torno de 6 a 8 mil reais dependendo da profundidade e do serviço contratado. A Defesa Civil doou para comunidade algumas caixas d'água (Figura 20) para ajudar no custo dos serviços de instalação dos poços. Os que não têm condições, contam com a ajuda da comunidade, pois todos precisam dos serviços dos poços para poder irrigar suas plantações.

Figura 20 - Entrega das caixas d'água

Fotos: Robernilson Teixeira (2017)

Sobre o cultivo em terra firme existe a necessidade do agricultor de várzea se adaptar. Por motivos de volume de produção, e praticidade os moradores continuam o cultivo de culturas de ciclo curto, mas devido ao solo possuir características totalmente diferentes do solo de várzea existe uma maior logística nessa produção agrícola (Figuras 20 e 21 A e B). A principal questão nesse plantio se trata da irrigação, para manter o solo húmido e as culturas refrescadas.

Figuras 21 A e B - Plantio de hortaliças no Novo Catalão

Fotos: Antonio Gomes (2019)

Os primeiros moradores do assentamento Novo Catalão iniciaram o plantio de hortaliças, mas de acordo com alguns agricultores, o primeiro plantio de couve não rendeu devido ao pouco uso da irrigação e “sustância da terra”, mas logo em seguida replantaram, já com a experiência, conseguiram ter uma boa colheita. Alguns moradores falam sobre dificuldades de adaptação

Agora tamo aqui, não posso afirmar que me adaptei que to gostando. Porque a gente nasce e se cria, você tem seus vínculos, a gente nasce na beira do rio que é bonito, ai chega aqui, terra pra onde a gente olha tem terra, aqui a gente trabalha com a água do poço e lá a gente pegava a água do rio. Então tem essas coisas que custa a gente se acostumar. (Morador da C. Novo Catalão – 2019).

O processo de adaptação é comum em situações de transferências de ambientes tão diferentes em todos os aspectos, a mudança se torna uma situação a ser superada. Contudo aos poucos esses ribeirinhos conseguem manter sua cultura viva, mesmo longe do rio.

Atualmente os agricultores já possuem uma produção significativa, já conseguem produzir o suficiente para a venda e consumo (Figuras 22 A, B e C). Os agricultores também possuem contratos individuais com a Agência de Desenvolvimento Sustentável (ADS), agencia responsável por desenvolver ações para a viabilidade comercial de produtos agroflorestais, pesqueiros e minerais. Nesse contrato, os agricultores assumem o compromisso de disponibilizar parte da produção para a ADS, essa produção por sua vez é repassada para as escolas estaduais. A renda dos agricultores pode variar, dependendo do contrato e do volume da produção.

Os agricultores não possuem transporte próprio para escoar suas produções, isso afeta diretamente a sua renda pelo fato de que dependem de atravessadores para poderem comercializar. Os atravessadores são comerciantes livres, que atuam na função de repassar o produto para outros compradores, sendo assim a única opção desses agricultores que se sujeitam a vender seus produtos a um preço mais baixo para esses compradores.

Algumas famílias se organizam com outras para poder levar o produto diretamente nas feiras, se articulando com parentes que moram na cidade e possuem veículos. Dessa forma conseguem ter um melhor proveito dos lucros.

Figuras 22 A, B e C - Preparação da colheita para o transporte



Fotos: Antonio Gomes (2019)

Quando falamos em reterritorialização, buscamos falar sempre na perspectiva daqueles que estão realizando o processo de reterritorialização, no caso os ribeirinhos que agora vivem em terra firme.

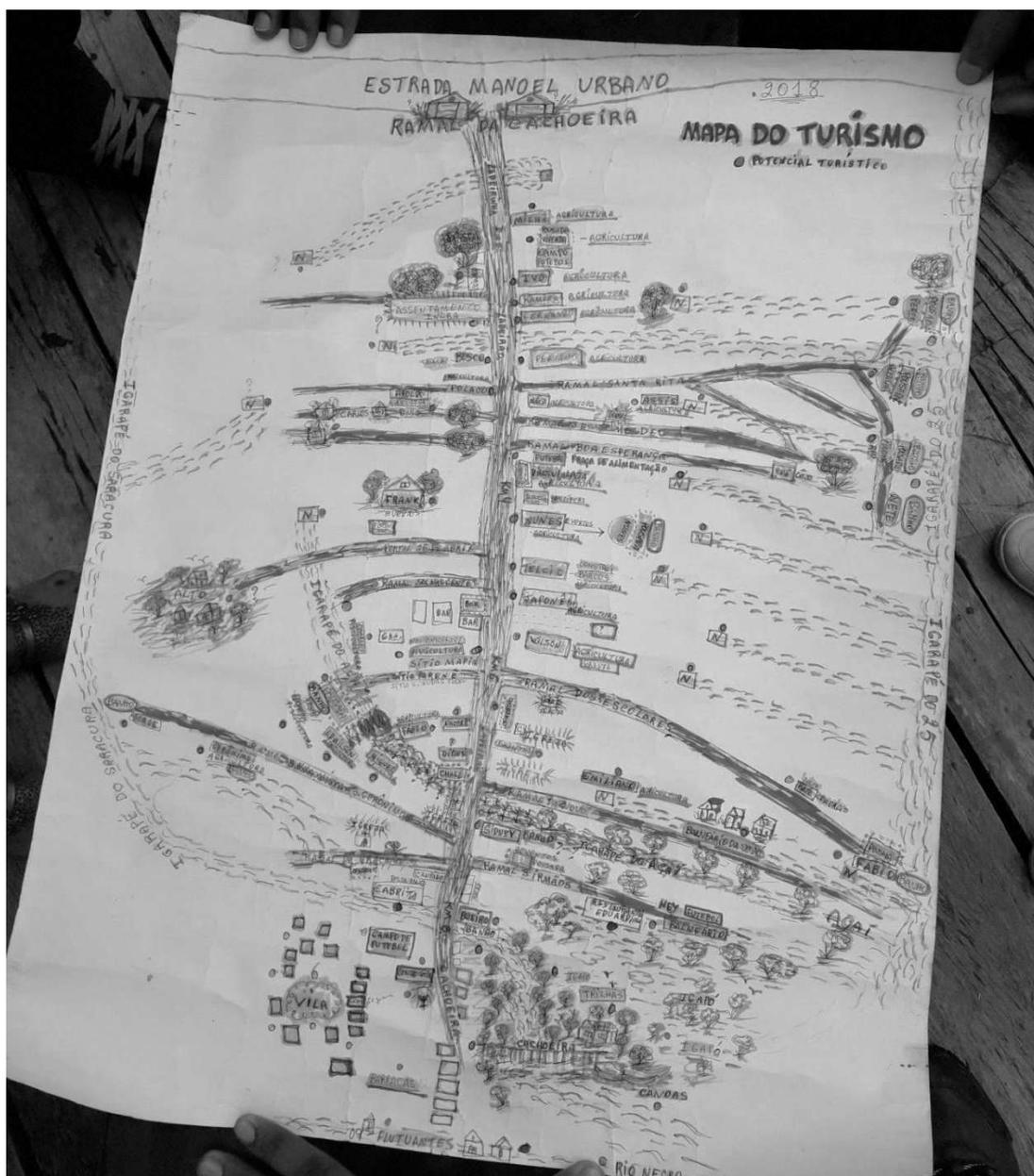
4.4 Ramal da Cachoeira do Castanho

Como já foi citado, o assentamento fica localizado no ramal da Cachoeira do Castanho, que possui 8 km de extensão, no qual estão ligados diversos ramais secundários. Nele, além do Novo Catalão, há mais de 60 anos está instalada a Comunidade da Cachoeira do Castanho (Figura 23) e tem entre seus moradores, agricultores, aposentados, professores, comerciantes. Dentre esses há pessoas que possuem propriedades apenas para ir aos feriados e finais de semana, configurando-se como segundas residências. Na sua extensão o ramal, possui diversos pontos turísticos, entre eles o principal é o que dá nome à comunidade e ao ramal: a Cachoeira do Castanho que está localizada no final do ramal, na margem direita do Rio Negro, a cachoeira tem uma queda d'água de cerca de 6 metros, durante os períodos de vazante (agosto, setembro e novembro e dezembro), nesse período a comunidade recebe um grande fluxo de visitantes.

Observações e entrevistas realizadas em Cachoeira do Castanho mostram que a intensa atividade turística praticada de forma desordenada contribui para esta situação. Se de um lado, o turismo tem sido fonte de geração de renda para os moradores, de outro lado essa prática não tem sido adequadamente orientada, causando alguns problemas ambientais. Empresas turísticas, que fazem da natureza uma mera mercadoria, visando a produção de lucros, além de superexplorar o trabalho dos moradores locais. É possível averiguar nestas práticas a incidência de uma racionalidade técnica, de uma economia de mercado e de uma cultura do descarte.

A falta desta consciência socioambiental tem produzido conceitos e mudanças prejudiciais a todos. Informações de pessoas entrevistados na Cachoeira do Castanho destacam as mudanças do meio ambiente ocorridas nos últimos anos: grande quantidade de lixo dentro e fora dos rios, aumento do desmatamento nas margens dos igarapés, avanço do rio sobre os territórios de moradias, reconfiguração dos igapós, danos causados pelo uso de agrotóxicos e até a redução do volume de água da cachoeira. Todas estas novas situações repercutem negativamente nos ciclos naturais do entorno e no cotidiano das pessoas que ali vivem, tendo que se adaptarem às novas condições.

Figura 23 - Mapa elaborado pelos moradores da comunidade da Cachoeira Castanho



Fonte: Comunitários da comunidade do Castanho (2019).

Além das mudanças no ambiente, nos últimos anos a comunidade também teve uma reconfiguração socioespacial com a chegada do assentamento Novo Catalão. Uma mudança que trouxe pessoas novas para a comunidade, novas formas de se trabalhar a terra e novas personalidades. Alguns moradores da comunidade da Cachoeira do Castanho ficaram com o “pé atrás”, já que não sabiam o que esperar das pessoas quem viriam com esse assentamento. Alguns moradores relataram essas desconfianças.

Eu quando fiquei sabendo tomei um susto, porque o INCRA chega e não fala nada, nem comunica a gente fica sabendo por alto, eu moro aqui há 54 anos sempre que vem gente nova morar por aqui a gente busca saber quem é, porque a gente gosta de segurança, ai a gente sabe de um assentamento, aonde vem uma comunidade inteira. A gente nem sabia de onde vinham essas pessoas, só fomos saber quando as primeiras famílias chegaram ai depois foi chegando mais e mais, começaram a construir suas casas, começaram a plantar. Ai a gente começou a conversar e saber quem eram. (Moradora da comunidade do Castanho – 2019)

O medo do novo está presente em toda a sociedade, não poderia ser diferente nesse caso, uma comunidade que já possui toda uma estrutura social pode ser modificada por pequenas situações.

Um assentamento traz uma nova configuração no ambiente e na parte social. De acordo com relatos, a socialização dessas duas comunidades está sendo proveitosa para ambas, pois juntas podem buscar melhorias que beneficiem a todos, como por exemplo, a luta pela construção de uma escola e pelo asfaltamento do ramal.

Finalmente, pode-se afirmar que a migração dos moradores da Costa do Catalão é um acontecimento que merece destaque, pois uma comunidade que sobreviveu durante tanto tempo em um local onde muitos julgam impróprio para vivência, traz à tona um sentimento de apego a ao local, isso se dá ainda mais pela população mais idosa da comunidade que por ter mais tempo de vivência no local se prende ao lugar por um afeto, a casa, ao modo de produção agrícola, ao rio, a segurança, ao espírito comunitário.

A comunidade é um lugar de moradia e convivência efetiva entre os moradores, que estabelecem laços afetivos e um sentimento de pertencimento. Esses moradores vivenciam as mesmas dificuldades, necessidades, problemas sociais e representações sociais, num território que é compartilhado e delimitado geograficamente, ocorrendo uma identificação com o lugar e com as pessoas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pertencimento ao lugar onde nasceram e vivem/viveram os moradores da Costa do Catalão teve início com as relações afetivas familiares e, em seguida, na conquista de espaços na vizinhança, compondo o ambiente sociocultural e afetivo, singular e coletivo, da comunidade, após estabelecer os vínculos sociais se estabeleceu o vínculo com a natureza.

O risco das terras caídas é um importante limitador da vida ribeirinha. A queda das terras acarreta em diversas mudanças socioeconômicas no contexto familiar e comunitário. Observa-se uma migração, rural-rural e rural-urbano, porém os moradores apresentam resistência de sair de suas casas para uma realidade diferente. Por fim, é importante analisar as socioespacialidades das comunidades rurais ribeirinhas amazônicas com o intuito de entender como se relacionam com o espaço.

Um povo que resiste há tempos a várias imposições, socioeconômicas, mas, no momento que as imposições da natureza começam a limitar a sobrevivência do ribeirinho, é necessário buscar um novo modo de vida. Devido aos processos erosivos, se impõe a necessidade de migrar para a terra firme como a única opção para continuarem como agricultores familiares. Mesmo com os obstáculos enfrentados e a enfrentar, mantêm a esperança e se mantêm unidos, mantendo os vínculos da antiga comunidade, trazendo para a nova o mesmo senso comunitário.

Assim esse povo se mantém, com o apoio da comunidade, que não se trata apenas de um aglomerado de famílias e casas, mas sim de relações pessoais. É a partir dessas relações e interações que as pessoas vão se apropriando dos lugares, personalizando-os e deixando suas marcas assim, a reterritorialização do espaço tem como indicador a manifestação da identidade de lugar das pessoas e das comunidades, pois as relações sociais, culturais e históricas que se dão no mundo concreto e simbólico vão se constituindo no contexto no qual o sujeito é construído.

A ausência de políticas do governo e imprevisibilidade dos processos hidrogeomorfológicos na Amazônia podem estar contribuindo para aumentar a vulnerabilidade das pessoas que moram nas áreas de várzea. Neste sentido, a ausência de diálogo do poder público com os moradores, assim como a falta da socialização das informações dos órgãos que monitoram o comportamento dos rios pode agravar ainda mais

essa circunstância. E o que está ocorrendo com os moradores da Costa do Catalão, pode vir a ocorrer com outras comunidades ribeirinhas.

É importante destacar que no contexto da comunidade estudada, a organização comunitária objetiva, sobretudo, reivindicar direitos sociais e a luta por acesso a bens e serviços sociais, como: saúde, educação, transporte, energia elétrica, entre outros por melhores condições de vida. Objetivos que aos poucos são alcançados através de muita luta e paciência, os processos burocráticos dificultam o acesso a esses serviços.

Nesse processo de reterritorialização, a comunidade Novo Catalão busca manter o modo de vida que tinham na várzea, no sentido social, procedendo a uma nova forma de utilização do espaço, sem uma grande extensão de terras para produzirem e sem o Rio que uma foi o seu principal meio de sobrevivência.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, C. C. **Análise geocológica da paisagem de várzea na Amazônia central: um estudo estrutural e funcional no Paraná de Parintins-AM.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2012.
- ALENCAR, Edna Ferreira; SOUSA, Izabel Soares de; GONÇALVES, Ana Claudia Torres. Modos de interação com o ambiente e estratégias de subsistência dos moradores da várzea do rio Japurá (AM). In: **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 24, n. 2, p. 303-317, 2014.
- ALVES, Flamarion Dutra. Considerações sobre métodos e técnicas em Geografia Humana. In: **DIALOGUS**. Ribeirão Preto, v.4, n.1, 2008. P. 227-241.
- ARAÚJO, A. P.; Jordy Filho, S.; FONSECA, W. N. A Vegetação Da Amazônia Brasileira. In: Simpósio Do Trópico Úmido, 1984, Belém. **Anais**. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1986.
- BANDEIRA, Arilmara Abade. **Evolução do processo erosivo na margem direita do rio São Francisco e eficiência dos enrocamentos no controle da erosão.** São Cristóvão, 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe –UFS. 2005.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Resolução no 004/1985 - CONAMA.** Brasília, 1985. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/conama/>>. Acesso em: 13 maios. 2019.
- CALSA, G. C; ROMERO, R. L. A importância do levantamento de dados em pesquisas científicas: um olhar sobre a produção acadêmica acerca do tema Representações Sociais e Jogos de Regras? 2004 a 2009. In: Revista **Educação e Linguagens**, v. 2, 2013. P. 29-44.
- CARVALHO, José Alberto Lima de. **Terras caídas e consequências sociais: Costa do Miracauera – Paraná da Trindade, Município de Itacoatiara – AM, Brasil.** 2006. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas - UFAM.2006.
- CHAVES, M. do Céu. **Ribeirinhos na Travessia Produzida: análise de um projeto para populações rurais no Estado do Amazonas.** Dissertação de Mestrado. PPG em Educação. FGV-IEAE, Rio de Janeiro, 1990.
- CHAVES, Maria P. S. R. **Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá.** 2001. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP.
- CHELOTTI. Marcelo Cervo. A dinâmica Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização em áreas de reforma agrária na Campanha Gaúcha. Campo – In: **Revista Território**, v. 8, 2013. P. 1-25.
- CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Geomorfologia fluvial – v. I. O canal fluvial.** São Paulo: Edgard Blucher, 1981.

CORRÊA, Ana Maria Maciel. **Permanências e Mudanças sociais Numa Comunidade Ribeirinha**: Colares. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) -Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

CORREIA, Marcos Antonio. Ponderações Reflexivas Sobre a contribuição da Fenomenologia à Geografia Cultural. In: **Ra'e ga** (UFPR), Curitiba - PR, v. 11, 2006. P. 67-75.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo Da. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. Tese. (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2007.

CRUZ, Manuel Masulo da. Sítios agroflorestais na várzea do Careiro. Revista de **Geografia da Universidade do Amazonas**, Manaus, v. 1, n.1, jan. /Dez.1999. P. 105-122.

DELUEZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia**. Tradução Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, v. 5, 1997

ESTARQUE, **Marina**. **Natureza do Desastre**. Folha de São Paulo, 2018. Disponível em: <http://temas.folha.uol.com.br/natureza-do-desastre/introducao/politica-de-prevencao-de-desastres-naturais-definha-no-pais.shtml>. Acesso em: 10 de novembro de 2019.

FRAXE, T. J. P. **Homens anfíbios**: Etnografia de um campesinato das águas. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2011. V. 1.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. **Cultura caboclo-ribeirinha**: mitos, lendas e transculturalidade. São Paulo: Annablume, 2004.

FUINI, Lucas Labigalini. Território, Territorialização E Territorialidade: O Uso Da Música Para A Compreensão De Conceitos Geográficos. In: **Terra Plural**, v. 8, p. 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. Ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GILES, R, T. **Crítica fenomenológica da psicologia experimental em Merleau-Ponty**. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

GOLDMANN, Lucien. **Dialética e cultura**. Tradução de Luiz Fernando Cardoso, Carlos Nelson Coutinho e Giseh Vianna Konder. 3. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

GUERRA, A.T. **Dicionário geológico-geomorfológico**. 8. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. **Relatório dos Assentamentos** - Superintendência Regional Amazonas - SR 15. 2017. Disponível em <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso 15 de novembro de 2019.

IBGE, **Estimativas da População Residente no Brasil e Unidades da Federação** com data de Referência de 1º. De julho de 2016. Disponível em ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2016/estimativa_dou_2016_2016_0913.pdf

IBGE, **Geografia do Brasil** - Região Norte. Rio de Janeiro, Vol I, 1977.

IRANDUBA, **Lei 121 - Plano Diretor**: Prefeitura Municipal de Iranduba: Diário Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas, 21/02/2011.

JAPIASSÚ, H. & MARCONDES, D. **Dicionário básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

JUNK, W. J. Recursos hídricos da Amazônia: utilização e preservação. – INPA, Manaus – AM, In: **Acta Amazônica**, v. 9,1979. P. 37-51.

JUNK, W. J: As águas da região amazônica. In: SALATI; E; SCHUBART, H. O. R; JUNK, W. J; OLIVEIRA, A. E (Org): **Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia**. São Paulo, 1983.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, Hedinaldo; TEIXEIRA, Wenceslau; SOUZA, Kleber. Os solos da paisagem da várzea com ênfase no trecho Coari Manaus. In FRAXE, Therezinha; PEREIRA Henrique; WITKOSKI, Antônio. (Org.) **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais - Manaus: EDUA, 2007.**

LIRA, Talita de Melo; CHAVES, M. P. S. R. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. In: **Interações (UCDB)**, v. 17. 2016. P. 66-76

LOPES, Delma Lima da Silva. **Migração Rural-Rural: da Costa do Catalão para o Ramal do Pupunhal – Iranduba / AM**. Monografia de conclusão do curso de Licenciatura em Geografia. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas – UEA, 2017.

LUDWIG, A. C. W. **Fundamentos e prática de metodologia científica**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MATOS, Jônatas de Araújo. CURSINO, Alcirene Maria da Silva. Caracterização geomorfológica das “terras-caídas” em área de várzea na comunidade Miracauera, Careiro da Várzea-AM. In: **Revista Geonorte**, Edição Especial, V.1, N.4, 2012. P.515– 525.

MELO L. A. S. **Potencialidade agrícola das terras da Amazônia Ocidental Manaus-AM**. Suframa/INPA/Embrapa, 1979.

MORÁN, Emilio F. **A Ecologia das Populações da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1990.

MÜLLER FILHO, J.L. – Consideração para uma compreensão da abordagem clássica em Geografia. **Geografia**, Rio Claro: v. 13, n. 215, abril 1988. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/geographia/article/download/13442/8642>.

PEREIRA, Henrique dos Santos. A Dinâmica da Paisagem Socioambiental Das Várzeas Do Rio Solimões-Amazonas. In: FRAXE, Therezinha; PEREIRA, Henrique dos Santos; WITKOSKI, Antônio C. (Org). **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus: EDUA, 2007.

- SACRAMENTA, D. M. O. **Lugares que Migram: As Imagens do Mundo Vivido pelos Assentados do Canoas em Presidente Figueiredo (AM)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal do Amazonas, 2010.
- SANTOS, Umberto Menezes; RIBEIRO, Maria de Nazaré Goés. A Hidroquímica do rio Solimões. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, Manaus – AM. In: **Acta Amazônica**, 18, 1998. P. 20 – 31.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituação e desconceituação - o velho e o novo em uma discussão marxista. Petrópolis, n. 26, p. 43-79, 1980.
- SHANIN, Teodor. **Campesinos y sociedades campesinas**. México: FCE, 1979
- SIOLI, Harald. **Amazônia Fundamentos da Ecologia da maior região de florestas tropicais**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia - Contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: UNESP, 2004.
- STERNBERG, Hilgard O'Reilly. **A Água e o Homem na Várzea do Careiro**. 2. Ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1998.
- THIBAU, C. E. **Produção sustentada em floresta: conceitos e tecnologias, biomassa energética, pesquisa e constatação**. Belo Horizonte, 2000.
- TRICARD, J. Os tipos de leitos fluviais. Campinas: In: **Notícias Geomorfológicas**, v.6, n. 11, 1966.
- VIEIRA, Evaldo. **Sociologia da educação: reproduzir e transformar**. São Paulo: FDT, 1996.
- WALD, Arnoldo. **Direito civil: contratos em espécie**, vol. 3. 19. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

APÊNDICE I

DA VÁRZEA À TERRA-FIRME: RETERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA EM IRANDUBA – AM

Pesquisador: Antonio Gomes Tomaz Neto

Data: ___/___/___

PERGUNTAS PARA O CAMPO NA COMUNIDADE NOVO CATALÃO

Nome: _____

Idade: _____

1. Qual a relação com a Comunidade Costa do Catalão? (História com a comunidade).
2. Como foi o processo de mudança para o Novo Catalão?
3. Como está sendo a adaptação aqui na comunidade Novo Catalão?
4. Antes de vir para o Novo Catalão, você residiu em outro local?
5. Pontos positivos e negativos de morar na Costa do Catalão.
6. Pontos negativos e positivos de morar no Novo Catalão.
7. Como está sendo a produção agrícola no Novo Catalão?

APÊNDICE II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE BASEADO NAS DIRETRIZES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO CNS Nº466/2012, MS

Prezado (a) Senhor (a) _____

Esta pesquisa tem como título **Da Várzea à Terra-Firme: Reterritorialização Camponesa Em Iranduba – AM** e está sendo desenvolvida por **Antonio Gomes Tomaz Neto (CPF: xxxxxxxxx)**, estudante matriculada no Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado do Amazonas – UEA (**matrícula: xxxxxxxxx**), sob a orientação da Professora **Ana Paulina Aguiar Soares (CPF xxxxxxxxxxxx – matrícula UEA-xxxxx xxxxxxxxx)**.

O objetivo do estudo é destacar os fatores sociais e naturais que influenciaram o movimento migratório das famílias da Comunidade Costa do Catalão, compreender os processos físicos naturais da realidade dos ribeirinhos, localizar os pontos de migração dos moradores da Costa do Catalão e investigar o histórico da comunidade.

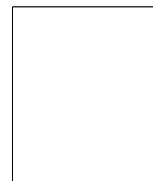
Solicitamos a sua colaboração para participar de uma **entrevista**, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em monografia, eventos da área de Ciências Humanas e Sociais, especialmente de Geografia, e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto. Informamos que essa pesquisa implica em baixo risco para os participantes tendo em vista que o pesquisador faz parte como membro do ético sujeito e objeto de estudo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (se for o caso). Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Assinatura do (a) pesquisador (a) responsável

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Considerando, que fui informado (a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.



Manaus-AM, ____ de _____ de _____.

Assinatura do participante ou responsável legal

CPF No. _____